



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

**115ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de
Meio Ambiente, Conama.**

Brasília/DF.
20 de agosto de 2014.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

42 **SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Bom, pessoal, vamos,
43 então, caminhando aqui para nós organizarmos, para preparar a nossa 115ª Reunião
44 do Conama, a nossa penúltima do ano desse mandato. Nós já estamos com o quórum
45 sendo completado, e eu pediria só ao pessoal que está lá fora, que não tem como
46 escutar o que estou falando, para vim para dentro. A Ministra está a caminho. Nós já
47 vamos, então, dando início aos trabalhos, em relação, assim para que de modo que
48 quando ela chegar, ela imediatamente possa assumir a interlocução. É bom. Eu
49 imaginava que eles iam adivinhar que estava chamando eles, mas acho que não. Não
50 vai rolar. Vários secretários estaduais: Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul,
51 Amazonas. Pedro. Tudo bem, Pedro? Nós já estamos com o quórum assegurado.
52 Temos o Langone também hoje aí na reunião. O encontro de hoje está prestigiado.
53 Temos vários atores do Setor Privado aí também já presentes, Sociedade Civil, o
54 pessoal do Ministério do Exército, da Defesa. Ministério da Defesa, perdão, e do
55 Exército. As forças. Até a Bahia está se fazendo presente aqui hoje. A Bahia nunca
56 falta ao Conama, mesmo quando o secretário não é baiano, ou principalmente quando
57 o secretário não é baiano. É baiano por opção. Baiano é assim. Está certo. Vamos lá.
58 Bom, pessoal, nós temos alguns novos Conselheiros que eu vou pedir para... Nós
59 vamos começar a reunião hoje dando as boas-vindas a eles. E uma nova Instituição
60 que passa a fazer parte do Conama também, que depois nós vamos fazer um pequeno
61 intervalo para que ela possa se apresentar, que é o Movimento Nacional dos
62 Catadores, um compromisso da Presidenta da República. Bom, pelo Ministério de
63 Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Kátia Cristina Favilla, tendo como
64 suplente Luís Fernando Guimarães Bruto. Alguns dos dois estão aí? Cátia é você? Oi,
65 Cátia, bem-vinda. Você trabalha em qual área do MDS, Secretaria Executiva, com o Dr.
66 Carmona. Ministério da Pesca e Aquicultura: Vladimir Augusto de Oliveira Formiga.
67 Bem-vindo, Vladimir. Vladimir, está na reunião hoje o secretário Roberto Cavalcanti,
68 está aqui presente. Acho interessante você conhecê-lo, e Roberto você conhecer o
69 Vladimir. Ah, então já é um namoro antigo. Está bom. É um Ministério que nós temos
70 muitas articulações. Alexandre está aqui também, do Tocantins. Vamos lá. O Ministério
71 da Integração Nacional, Elianeiva de Queiroz Viana e Mônica Gomes Assad. Alguma
72 das duas estão presentes? Cristiano Iguinaldo Zinato, perdão. Hoje com três membros
73 do Ministério da Integração tomou falta. Está bom. Turismo: Daniela Fantoni Alvares,
74 Viviane de Faria e Cristiano Araújo Borges. Você é a Viviane. Bem-vinda, Viviane. Qual
75 área do Ministério você está trabalhando? Prodetur. Prodetur já é antigo, hein? Sinal
76 que está funcionando, o dinheiro está fluindo então. Empréstimo do BID. Secretaria de
77 Comunicação Social da Presidência: Gislaine Passador Bittencourt de Sá e Thiago
78 Palhano Dias. Oi Thiago, tudo bem? Bem vindo aí à Secom. Secretaria de Política e
79 Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República: Luana Lazzeri Arantes,
80 Renato Flit, Leonardo Passionato e Silva. Algum dos três? *No way*. Bom, então, João
81 Paulo, você dá uma dura neles, em especial no Flit. Secretaria de Políticas para
82 Mulheres: Diana Nunes de Oliveira. Tudo bem, Suzi, você atende por Diana, está bom.
83 Você não uma numa nova membra, você já é uma membra mais experiente, digamos
84 assim. Está bom, obrigado, Suzi. Fábio Lavor Teixeira, da Secretaria de Portos. Calma.
85 Calma não, realmente, por que o Ministério da Fazenda não está aqui? Quem é você?
86 Ricardo, sim. O Aluísio era eterno aqui, como é que você conseguiu substituí-lo? Como
87 é que você conseguiu substituí-lo? Ele era eterno. Ah bom, ele permanece, só hoje

88você veio. Bem-vindo, Ricardo. Desculpe-me, eu não tinha te reconhecido. Perdão.
89Governo do Acre, Simone Dantas. Eu vi o secretário aí. Cadê o Edegard. Está lá fora.
90Simone, está lá com ele. Como é que você sabe tudo, Camila? Estado vizinho, não é?
91Amazônia. Está certo. Governo do Ceará: Virgínia Adélia Rodrigues Carvalho. Governo
92do Piauí: Márcia Maria Macedo Franco. Governo do Rio de Janeiro: Carlos Francisco
93Portinho, Rafael Ferreira, Isaura Maria Ferreira Fraga. Isaura e Rafael. Você já esteve
94aqui antes, Rafael. Você é reincidente. Você estava como o Firmino? As entidades
95empresariais, não temos novidades, são os suspeitos de sempre. Estou vendo aí a
96Patrícia, o Marcílio, a Cristina deve estar chegando. Cadê o João? Está lá fora. Lá fora
97deve está acontecendo uma coisa muito boa. Vamos lá. Das Entidades de Trabalho da
98Sociedade Civil: O CNCG, temos o Coronel Renato Cerqueira Campos. Bem-vindo,
99Coronel. Major João Soares da Costa Vieira. Bem-vindo, Major. FBCN, Luís Ernesto
100Borges Mourão Sá. Indo ou voltando. Vindo ou indo? Está em trânsito, está no ar. Está
101bom, dá tempo. Deve ser uma viagem longa, mas tudo bem. O Movimento Nacional de
102Catadores. Eu acho que o pessoal não chegou ainda, deve está a caminho. Estão
103vindo de bicicleta. Daqui a pouco, nós os reapresentamos quando fizermos uma breve
104pausa para o Fernando dar um recado em relação à participação deles aqui no
105processo. Estão lá fora também provavelmente. Lá fora tem um negócio sensacional
106que eu não sei o que é, é um cafezinho, assim, daqueles. Bom, então quando o
107pessoal chegar, nós fazemos esse breve... Temos dois observadores também aqui da
108OCDE, onde estão? Que são: Pedro de Portugal, Brita da Alemanha. Eu brincava com
109a Brita que agora a Alemanha está chegando ao mesmo status que Portugal e Itália.
110Porque português e italiano nós já nem consideramos mais estrangeiros. Mais um
111pouco aqui os alemães vão virar também figurinha fácil, já vão fazer parte da família.
112Os portugueses e italianos que reivindicam a condição de estrangeiros aqui, o pessoal
113já não leva muito a sério mais. Bom. Pessoal, vamos lá. Nós já, então, estamos com o
114quórum, novos Conselheiros. Alguma observação em relação a nossa última ata da
115reunião da 114^a, algum comentário? E da 56^a Reunião Extraordinária? Não. Então, está
116bom. Então, está aprovada. Antes de começar a tribuna livre, eu vou fazer um pequeno
117informe aqui de um assunto que nós acabamos de conversar na reunião dos
118Catadores. Catadores não, perdão, da reunião com os catadores presentes, mas
119reunião os membros da Sociedade Civil. Na próxima reunião do Conama, a nossa
120última reunião do Conama, nós vamos tirar um dia só para darmos uma varredura nas
121atividades do Ministério ao longo dos 4 anos e para expormos todos os temas que vêm
122sendo objeto de uma série de preocupações de vários Conselheiros. Então, nós vamos
123convidar, praticamente, todas as Secretarias e Dirigentes vinculadas para tratarmos de
124um conjunto de assuntos. Não é para falar de tudo que fazem, não dá tempo e nem é
125esse o caso. Mas vários dos assuntos que vocês tem feito perguntas sistematicamente
126ou estão insatisfeitos com as respostas que vem sendo dadas, nós vamos procurar
127explorar inserções mais ou menos uma hora com cada área. Exemplo: A questão da
128implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nós estamos vivendo aquele
129*day after*, o prazo da implementação da política expirou, e nós estamos em uma
130situação complexa em vários municípios que não tiveram condições de cumprir suas
131obrigações. Outro exemplo: A discussão sobre os indicadores de desempenho das
132ações do Ministério e indicadores de impacto ambiental no País, no sentido mais
133amplo. Outro exemplo: A questão da LC 140, a regulamentação da LC 140. O processo

134de delegação de competência para Estados e municípios em relação ao licenciamento
135ambiental, e a especialização do licenciamento conforme instância de governo e tipo de
136empreendimento. Outro exemplo: A questão da gestão dos recursos hídricos. Nós
137tivemos essa semana a atuação da Ministra aí como mediadora e coordenadora de um
138grande acordo envolvendo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o
139Governo Federal na gestão dos recursos hídricos, e esse caso de São Paulo é um bom
140exemplo da complexidade que o assunto está adquirindo o Plano Nacional, a questão
141da segurança hídrica. Outro exemplo: A discussão do patrimônio genético, nós
142estamos com um projeto encaminhado ao Congresso, e essa discussão, explanação
143do nosso patrimônio genético, repartição de benefício, é um assunto também que
144interessa vários setores aqui presentes. Outro exemplo: A questão dos biomas. Há
145uma discussão histórica que a Lisiane vem tendo com o Roberto Cavalcanti, com
146outros atores aqui no Ministério, sobre as implicações da regionalização proposta pelo
147Ministério do ponto de vista dos biomas. Então, tem uma série de temas que nós
148precisamos tratar com mais informação, com mais qualificação para que possa dar um
149tratamento mais adequado. O MAPA também acaba de adentrar no recinto. Bem-vindo,
150Thomas Aron. Por favor, acomode-se. Então, nós vamos pegar... Bom, sem falar no
151Código Florestal, Cadastro Ambiental Rural. Nós estamos discutindo também, em
152algumas áreas do Ministério, a questão do Bolsa Verde. Então, tem uma série de
153assuntos. Estou vendo o Márcio ali. Químicos, agrotóxicos, é um assunto recorrente.
154Então, o que nós vamos fazer, nós vamos convidar a todos os Conselheiros a um dia
155extra, antes da reunião, para que possamos percorrer essas temáticas todas, ver o que
156Ministério esta fazendo, ver o que está indo bem, ver o que pode melhorar para que,
157na transição para um próximo mandato, esses assuntos nós tenhamos o nivelamento
158do ponto de vista das informações disponíveis, e de que pé o Ministério está em
159relação aos questionamentos, as expectativas de todos os participantes aqui do
160Conselho. Então, já vou deixar, de antemão, explicitado esse convite. O João Paulo e a
161Adriana vão encaminhar para vocês essa programação, nós estamos reservando uma
162hora para cada área, mas não é para falar de todos os assuntos da área, são de temas
163muitos específicos. Os temas que são os temas mais complexos, mais contraditórios,
164mais conflitivos da nossa agenda ambiental. Bom, nós temos agora o seguinte lema,
165nós estamos com a tribuna livre e estamos na eminência da chegada da Ministra.
166Então, eu vou pedir a vocês que aguardem um pouco para que nós... Nós vamos
167começar a tribuna livre, se a Ministra chegar, nós fazemos uma interrupção e
168retomamos. Está bom? Então, na tribuna livre, está escrito primeiro Patrícia Boson da
169CNT, Pedro Wilson também já está aqui se inscrevendo. Sim, mas o Pedro deseja
170também se matricular aqui. Vamos começar com a Patrícia. Bem-vinda, Patrícia.

171

172

173**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** - Bom dia a todos. Patrícia
174Boson, CNT. Bom, primeiramente, eu gostaria de comunicar, Secretário, que ontem,
175nós tivemos o Seminário de Assoreamento, produção de sedimentos, assoreamentos e
176dragagem. Esse seminário foi um resultado de uma demanda deste Conselho, que, ao
177discutir a 454, ela demandou a necessidade de se trabalhar o tema de produção de
178sedimento. Não só como a 454 trata da gestão do material dragado, nós teríamos que
179trabalhar a produção desse material, o que vai para os portos, o que vai para os canais

180e o que vai para o reservatórios. O seminário foi muito rico, foi muito produtivo. Quero
181agradecer aqui pessoalmente o empenho aí da Adriana que foi parceira o tempo todo
182para que tudo desse certo. Mas, infelizmente, Secretário, o seminário contou com muita
183pouca presença do Conama. Eu acho que temos um vício ruim de gostar muito do meio
184e do processo e gostar pouco do resultado, do fim. Então, o seminário que era para
185avaliar um trabalho que nós fizemos e aprovamos para saber se a norma estava
186atendendo e dialogando com todos os temas que refletem no processo de produção de
187sedimento e da dragagem, e, no entanto, não empolgou, digamos assim, a plateia. Eu
188acho que perdemos muito, gasta muito tempo discutindo vírgulas, se é mas, entretanto
189e porém, e não investindo tempo algum para saber se toda essa nossa discussão teve
190algum resultado, caminhou para alguma coisa ou pode ser feita. Então, eu venho aqui
191também lamentar a ausência e a falta de interesse desse plenário para uma demanda
192que ele mesmo desenhou e pediu. Outro ponto, Secretário, que eu gostaria de falar, é
193a questão do licenciamento ambiental e das normas que estão aí das resoluções
194Conama, que precisam dialogar tanto com o novo Código Florestal, como com a LC
195140. Eu acho que a Ministra e o Ministério nos sacudi proporcionando seminários,
196discussões sobre a LC 140 nos provocou a pensar sobre o assunto, e vários setores, a
197própria CNI também, fez esse pensamento, e eu acho que não podemos terminar o
198ano. O Conama não deve terminar o ano sem, no mínimo, estabelecer, quem sabe,
199termos de referência com os principais norteadores de como as normas do Conama
200existente devem ou não dialogar com as novas normas que foram aprovadas no
201Congresso Nacional, tanto o Código Florestal como a LC 140. E temos também, quem
202sabe, definir, no mínimo, princípios para qualificar o licenciamento ambiental. Foi uma
203unanimidade da necessidade de se qualificar o licenciamento ambiental, e esse
204Conselho, cabe a ele ou deveria caber como formulador de políticas públicas nessa
205área, dar, minimamente, diretrizes para que possamos qualificar melhor esse tão
206importante instrumento da política. Então, fica aqui o meu pedido para o que Ministério
207possa, quem sabe, coordenar, nós temos muito pouco tempo, a próxima reunião nosso
208já é em Novembro, mas me incomoda como membro desse Conselho sair, terminar
209esse ano, um ano importante, porque vai chegar aí novos governos no ano que vem,
210sem que minimamente esse conselho aprovasse as diretrizes, termos de referência,
211algum norteador para que possa balizar a discussão no ano que vem, mas
212propriamente sem começar do zero. Nós fizemos um acúmulo de material durante todo
213esse ano, e é muito importante que esse acúmulo seja condensado em alguma
214formulação, em algum encaminhamento. Obrigada.

215

216

217**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Nós estamos na
218tribuna livre, mas faremos uma interrupção. Primeiro, Patrícia, obrigado. Bom saber
219que, pelo menos, a qualidade do evento foi legal, e vamos continuar esse desafio em
220relação a mais informações e ao mesmo tempo a presença e aproveitamento das
221pessoas para discutir os assuntos é um problema recorrente, temos que fazer da
222melhor forma que vimos tocando. Bom, nós interrompemos agora o andamento. Não,
223não, Ministra, nós tínhamos combinado que, quando a senhora chegasse, nós
224agiríamos dessa forma. Nós vamos agora abrir a palavra para a Ministra, que traz a
225nossa tradicional fala da abertura, e que é oportunidade também da Ministra atualizar

226os Conselheiros todos em relação aos últimos acontecimentos na área ambiental, em
227especial, o acordo relacionado à gestão de recursos hídricos envolvendo os Estados de
228São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o próprio Governo Federal. Também a
229oportunidade de a Ministra colocá-los a par de alguns dos assuntos que eles têm
230levantado, envolvendo, em especial, a questão do licenciamento. O presidente do
231Ibama está aqui também, e relacionados à questão da LC 140. Bom, passo a palavra,
232então, à Ministra. Obrigado.

233

234

235**A SR^a. IZABELA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** - Bom-dia a
236todos. Eu quero me desculpar pelo meu atraso, mas é porque eu estou trabalhando
237desde as oito horas da manhã. Então, é impossível coordenar tudo. E esse negócio de
238celular, por mais que você queira dizer que não. Eu tenho até o meu número privado,
239achei que ninguém sabia, ontem a Presidenta ligou no meu número privado, então eu
240falei: Não tem nada que ninguém não saiba, mas de qualquer maneira, vamos lá. É
241com muita satisfação, e ontem eu tive a oportunidade de participar de algumas
242reuniões preparatórias, não todas. Eu não pude participar das reuniões com os
243Estados, nem com os municípios, mas tive chance de participar das reuniões
244preparatórias com o Setor Empresarial e com as entidades não governamentais. E, por
245ocasião desta reunião, alguns temas foram provocados ou foram discutidos além
246daquilo que efetivamente está na pauta. Eu vou dividir a minha fala em três momentos
247distintos. Primeiro, a pauta propriamente dita, e manifestar aqui a minha opinião
248pessoal e orientação para o pessoal do Ministério do Meio Ambiente a respeito de uma
249matéria que está aqui, do Ministério da Saúde, com pedido de urgência, a respeito da
250minuta de Resolução sobre PCBs. Embora isso vai ser objeto de debate por parte do
251plenário e é importante que seja objeto de debate, há uma manifestação de alguns
252segmentos contrários ao pedido de urgência. Não porque não seja importante ter
253urgência no assunto, mas por conta da necessidade de discutir melhor alguns aspectos
254relacionados à decisão sobre os PCBs. Os argumentos são os mais distintos possíveis,
255importantes todos, não só pela necessidade de melhor discutir ou de ter uma maior
256articulação com a Convenção Nacional de Estocolmo. E o próprio, que a Comissão
257Nacional de Segurança Química vem discutindo, como também nos setoriais,
258questionamentos feitos sobre a necessidade de uma melhor articulação entre
259ministérios, entre políticas como no caso do Setor Elétrico, em torno da questão dos
260PCBs. Então, eu gostaria de recomendar aos senhores uma serenidade, além do que
261normalmente tem esse Conselho, no debate, de tal maneira que a urgência, se mantida
262ou se acatada, melhor dizendo, e essa é a proposta do próprio Ministério do Meio
263Ambiente junto com o Ministério da Saúde, que isso não seja objeto, que ela não leve a
264atropelar o melhor entendimento do que está sendo, de fato, objeto de tomada de
265decisão na Resolução e, por outro lado, a estratégia de condução disso depois da
266tomada de decisão em relação à Resolução. Então, essa é a primeira recomendação
267minha. Eu não estou aqui dizendo que não caiba o pedido de urgência, têm outras
268assinaturas e etc. O próprio Ministério do Meio Ambiente tecnicamente apoiou, mas eu
269vejo em função do que foi me dito ontem, eu tenho a sensibilidade de colocar isso
270abertamente para o plenário, que eu não sei se é necessariamente o momento para se
271determinar urgência, ou se nós precisaríamos definir uma estratégia, enquanto

272plenário, de recomendar que esse assunto seja tratado e trazido para a próxima
273reunião do Conama em termos para poder definir se entra urgência ou se não entra
274urgência. Há um pedido de vários seguimentos de que seja conduzido com a maior
275cautela. E considerando que esse assunto não é um assunto trivial, e a complexidade
276com que ele vem sendo discutido nos últimos anos no próprio Conselho Nacional do
277Meio Ambiente, eu gostaria então... Estou tomando a liberdade, como o Presidente do
278Conselho, de expor aos senhores as contradições e na hora que isso for objeto de
279análise do plenário, por favor, peçam as pessoas, prós e contras, que apresentem os
280argumentos com a maior objetividade, o porquê do pedido de urgência e como que isso
281se desdobra em torno da rotina do Conama. O segundo aspecto que me foi tratado
282ontem, do ponto de vista... Aí houve uma convergência entre os Setores Não
283Governamentais, entre o Setor Não Governamental e o Setor Empresarial, vamos
284chamar assim, sobre a prioridade em relação à pauta de licenciamento, de reforma do
285licenciamento e reestruturação do licenciamento ambiental, o que eu concordo
286plenamente. E nas conversas que nós tivemos, e também estava conversando agora
287com o Dr. Hélio Gurgel, Presidente da Abema, esse é um assunto que tem uma
288complexidade enorme, e os senhores viram aqui, do ponto de vista dos seminários, os
289debates que esse Conselho já vem encaminhando ao longo deste ano sobre a questão
290do licenciamento, e mais do que isso, além da complexidade e sensibilidade, ele tem
291uma nova referência legal que é a Lei Complementar 140. E a Lei Complementar 140
292estabelece nos procedimentos de gestão ambiental compartilhada, uma série de
293requisitos, inclusive a questão do licenciamento e a questão das autorizações que
294também estão ligadas. muitas vezes, à rotina de licenciamento. Então, supressão de
295vegetação tem uma complexidade ali quem vive o dia-a-dia do licenciamento
296ambiental, sabe que não é trivial, particularmente, os órgãos ambientais estaduais, que
297tiveram que ter arranjos próprios para lidar com essas especificidades. E a lei também
298traz a questão da descentralização, não tendo o Conama papel nenhum do ponto de
299vista da Lei Complementar em torno das suas competências, em torno no que diz
300respeito ao licenciamento, no que diz respeito do que Lei Complementar tem
301estabelecida. Na realidade, estabelece aos Conselhos estaduais o papel de centralizar,
302e coloca na Comissão Nacional a responsabilidade com uma missão que é definir
303tipologia, aliás, como já foi objeto de debate. Então, eu gostaria de sugerir aqui,
304independentemente dos questionamentos, das colocações, tribuna livre, etc. Se a
305Abema concordar com a sugestão, que, na realidade, nós pudéssemos fazer do
306Conama um espaço para o debate, para uma definição de diretrizes e recomendações
307que pudesse orientar os Conselhos estaduais na descentralização dessa gestão do
308licenciamento. Isso é um primeiro aspecto que é uma parceria da Abema com a
309Anamma, estou vendo aqui o Pedro Wilson, para que nós pudéssemos ter, pelo
310menos, uma linha comum de entendimento sobre como é que, e esclarecimento sobre
311conceitos. O que é impacto local? Como é que isso vai ser tratado efetivamente ou
312deveria ser tratado. E o Conama fosse o espaço desse debate, nacionalmente falando,
313que isso não fosse uma coisa “pulverizada”, como a dinâmica determina, porque cada
314Estado tem competência para definir os processos, e mais do que isso, os Estados que
315já praticam a descentralização da gestão para os municípios e licenciamentos
316trouxessem para cá a experiência de como é que isso funciona. Eu sei que têm
317experiências extremamente exitosas, e têm experiências complexas, não tão exitosas

318assim. Tem o que é a desconcentração, o que é a descentralização, mas nós teremos
319que ter esse caminho orientador mínimo do ponto de vista descentralização. Então,
320Doutor, se houver a concordância da Abema e da Anamma, que nós pudéssemos
321fazer, na próxima reunião do Conama, esse debate sobre... Eu estou chamando de
322diretrizes, mas pode ser mais que diretrizes, um termo de referência, enfim como é que
323nós entenderíamos esse processo de centralização. E um segundo aspecto, qual é a
324agenda, efetivamente, a partir das contribuições da Abema que gerou um documento
325sobre isso, a partir das contribuições que vários setores entregaram e que esse próprio
326Conama recebeu, qual seria a estratégia de revisão de Resoluções do Conama,
327001, 86, 237 e outras, que tem a ver com a dinâmica de licenciamento. Isso não
328invalida, no meu entendimento, nenhuma discussão que possa vir a partir de 2015 na
329reforma de licenciamento. Estou dizendo isso porque é geral, quem está acompanhado o
330tema, no debate político-eleitoral, todos os candidatos trazem propostas de reforma do
331licenciamento. Então, assim, eu não estou dizendo aqui nada, 2015, eu acho, inclusive,
332que nós teremos o mesmo passo em debate no Código Florestal, nós teremos uma
333discussão estruturante de licenciamento ambiental nesse País. E acho que o Conama
334deve estar preparado para isso porque, independentemente dos processos a partir da
335LC 140, de regulamentações federais etc., nós teremos um processo que cabe a este
336Conselho deliberar sobre normas de licenciamento ambiental na competência de
337Estados e Municípios, e isso não foi alterado, está lá na legislação. Ok. Então, eu sei
338que as pessoas vão se manifestar sobre isso, vocês vão querer falar, mas, se o Hélio e
339o Pedro Wilson como Presidentes das Associações concordarem, a ideia é que, na
340próxima reunião do Conama, nós possamos ter esse debate ou esse processo a partir
341de propostas de vocês e que o Conama possa, se for o caso, estabelecer um grupo
342assessor à semelhança do que nós fizemos na época do regimento. Aí tem que ver
343qual é o melhor formato, para que vocês possam debater, e nós sugerirmos esses
344encaminhamentos concretos em relação a uma modernização do licenciamento naquilo
345que o Conama delibera e normalmente trata. O segundo aspecto que eu quero
346destacar, e também convidar a Abema, especificamente para isso, eu gostaria de fazer
347na próxima reunião do Conama uma reunião de balanço dos resultados da política
348ambiental no Brasil. Ok. Eu acho que as pessoas não conhecem os números, ou as
349pessoas não conhecem os avanços, e eu tenho muita tranquilidade de falar sobre isso,
350porque se eu comparar, por exemplo, unidade e conservação, eu posso dizer que até
3511999 tinha 19 planos aprovados, plano de manejo aprovados, e posso dizer que até 2012,
352eu tinha mais 22, e posso dizer que até 2010, eu tinha mais 54 aprovados, e posso
353dizer que, em 2014, eu entrego 134 planos de manejo. Então, assim, de unidade de
354conservação, eu não tenho nenhum problema em discutir números, e eu acho que está
355na hora de as pessoas entenderem de uma maneira democrática todos os avanços e
356todos os desafios que se tem em relação à gestão ambiental nesse País, inclusive, do
357papel do Conama, que vocês todos são responsáveis pela reconstrução do Conama. Eu
358me lembro de quando eu assumi, como é que o Conama funcionava, e eu me lembro,
359estou vendo hoje uma pauta e o que vem de desafio, de Código Florestal, que
360eventualmente o Conama tem que se debruçar, do que tem de desafio em relação a
361recursos hídricos, no compartilhamento com Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
362Vem desafio a partir do novo marco legal do acesso aos recursos genéticos, está no
363Congresso Nacional, e os desdobramentos disso, eventualmente, em resoluções que

364envolvam o Conama, o que vem de desdobramento das Metas de Aichi. A partir do
365momento que o Brasil assume os compromissos de Meta de Aichi, e a revisão que foi
366feita pela Conabio e a implicação das áreas de preservação permanentes sendo
367contabilizadas como áreas também de preservação da biodiversidade no País, não é
368isso, Dr. Roberto Cavalcanti? Decisão da Conabio, não é isso? E os desafios que se
369colocam por intermédio de outros Colegiados que, às vezes, ambientais, que não estão
370necessariamente traduzidos aqui. Eu gostaria de fazer uma grande reunião, a última
371reunião da minha gestão, sair disseminando o governo e fazer um balanço dos
372avanços do Brasil, e dos desafios, porque a questão ambiental nunca tem fim, eu já
373cheguei a essa conclusão cada vez mais. Eu acabei de fazê-la, que o Ministério do
374Meio Ambiente acabou de entregar o maior inventário de fauna do planeta, nunca se
375fez um inventário de fauna que se fez no Brasil. Duvido que o Saint Clair conheça isso,
376por exemplo. E tampouco, se o Saint Clair conhece, por exemplo, o Programa de Pró-
377Espécies de espécies ameaçadas de extinção que nós estabelecemos, que é
378considerado modelo no mundo, então, você é uma exceção. Então, quero dizer o que
379significa isso para o Conama porque nós vamos publicar a lista de espécies
380ameaçadas de extinção, atualizada, com os novos critérios de lista de espécies
381ameaçadas de extinção de fauna, o de flora já foi publicado. E aí, como é que se
382desdobra no licenciamento? Como é que se desdobra na gestão dos Estados? A
383mesma coisa de centralização de gestão da fauna que o Ibama fez 27 termos de
384cooperação com o Estado do Distrito Federal, para que não tivéssemos um *Gap* em
385relação ao que a lei estabelece e a transferência da competência federal para os
386Estados, para evitar o que aconteceu em 2006, quando teve a mesma coisa com a lei
387de florestas, não foi isso, Dr. Hélio? Nós combinamos em uma articulação, então, a
388proposta, se vocês tiverem de acordo, é que a última reunião seja uma reunião, além
389da votar, obviamente tem a dinâmica, nós possamos ter, talvez, um dia antes, vamos
390ver, o Ministério vai ver qual é o melhor cenário para nós apresentarmos os resultados
391de Estados e União. Aí a Abema apresentaria uma visão geral, o Cadastro Ambiental
392Rural, o que está acontecendo, como é que as pessoas se comportam, os recursos
393alocados. Eu desembolsei pelo Fundo Amazônico do Ministério do Meio Ambiente mais
394de 300 milhões de reais para os Estados, são 346 milhões de reais desembolsados
395para os Estados para fazer cadastros ambientais rurais, vocês sabiam disso? Então,
396está fazendo? Vai recuperar? Vai fazer como? Além do que eu fiz desses temas de
397Cadastro Ambiental Rural. Então, o que nós estamos descentralizando para os Estados
398em dinheiro do Fundo Amazônico. Dinheiro do Fundo Clima, eu vou colocar aberto, e
399sugiro que seja exatamente na última reunião porque é Novembro. Então, já passou
400período eleitoral, eu não estarei fazendo nenhuma discussão político-eleitoral que tem
401fóruns específicos para isso. Nós estaremos discutindo geral e os desafios que esse
402Conselho, eu entendo que, na realidade, deve liderar frente uma interlocução política
403com o País naquilo que são os desafios da política ambiental no Brasil. Então, se
404houver Hélio, essa concordância por parte da Abema, eu gostaria de fazer junto com
405vocês, talvez uma abordagem regional e, eventualmente, uma estratégia do Conama
406de conhecer, além do licenciamento, conhecer os desafios regionais que nós temos da
407regularização fundiária até, no caso de áreas protegidas, até o desafio de
408modernização de licenciamento. Eu sei que os Estados investiram muito em
409licenciamento, muitos Estados fizeram mudanças estruturantes, aquilo que a estrutura

410e tomaram a decisão de licenciamento, como o Ibama fez. O Ibama saiu de 80, 90
411funcionários para 600 funcionários concursados na área de licenciamento, em 4 anos.
412E acabamos de aprovar, aliás, e parabenizar o Francisco Gaetani, publicamente, a
413carreira de especialista de meio ambiente, em lei, a Presidente deve sancionar. Então,
414são coisas, o que significa isso, qual é o desafio que nós temos de colocar a mesma
415coisa nos Estados. Isso é um trabalho de 4 anos dentro do Congresso Nacional,
416mudando a realidade na área federal e em parceria com os Estados, mudando a
417realidade em vários Estados. O Rio de Janeiro, eu não sei quem está aqui do Rio de
418Janeiro, a Isaura, fez transformações importantíssimas, tem a carreira de guarda-
419parque, tem coisas que, como vou dizer, eu acabei de aprovar mais 1.200 vagas para o
420ICMBio e para o Ibama, novas, para concurso público em lei, estão aprovadas para
4212015 fazendo concurso. Acabamos de fazer concurso regional que também é uma
422novidade. Então, têm coisas acontecendo que a ideia não é mostrar o que se fez só.
423Isso para quem está terminando gestão é ótimo, mas não é isso, é mostrar quais são
424as novas apostas e o que nós podemos ampliar isso nacionalmente, como é que nós
425devemos trabalhar de maneira mais articulada e quais são os desafios, o que falta, o
426que na realidade falta, e falta muita coisa. O Brasil precisa rediscutir coisas importantes
427na área ambiental, por exemplo, na questão das cidades, a qualidade de vida nas
428cidades. Então, vai vir para cá, não sei se o Bocuhy já falou a discussão de poluição do
429ar e o impacto na saúde. Quem conhece a área ambiental, estou super velha, mas nós
430discutíamos isso em Cubatão, quando começou o debate de meio ambiente nesse
431País, de meio ambiente, não de recursos naturais. E essa pauta está aí, o Procon vem
432motivado por isso, uma série de coisas que esse Conselho tomou decisão, e,
433simplesmente, hoje nós temos relatórios alarmantes, segundo foi me apresentado
434ontem, vai ser apresentando nesse Conselho sobre a questão da saúde. E a qualidade
435devida nas cidades, poluição do ar. O Pronar é de 1990, eu estou tranquila porque eu
436pedi 4 anos para mudar o Pronar. Finalmente, o Conama está discutindo isso, graças a
437Deus, mas precisa mudar os padrões, e ter uma discussão com o Ministério da Saúde
438com padrões de OMS, que nem um país do mundo segue tão objetivamente. Como é
439que isso? Como é que é isso na nossa qualidade de vida, nas grandes cidades, em um
440País que vai ter 90% da população vivendo em cidades em 2030? É o mesmo debate
441que se lida a questão da água, que o Chico acabou de fazer referência. Então,
442independentemente de terem querido criar um falso conflito entre energia elétrica e
443abastecimento, tem gente que criou isso, enfim, ninguém discute, não é Dr. Maurício?
444Que, no caso do Paraíba do Sul, os reservatórios existentes, na Bacia do Paraíba do
445Sul, são os reservatórios do Setor Elétrico, não é isso, Isaura? O Rio de Janeiro não
446tem reservação, o Estado do Rio de Janeiro tem dois reservatórios muito pequenos,
447muito tímidos, e tem o Guandu que transpõe e etc. Então quem reserva água são as
448hidrelétricas que despacham para captação lá em Santa Cecília, e depois joga para o
449sistema Guandu e abastece lá o Rio de Janeiro, além de 37 municípios ao longo da
450calha do Paraíba do Sul. Não, a discussão que o acordo foi feito foi sobre
451abastecimento humano e foi muito bem sucedido. Para isso nós contamos com a
452participação de São Paulo, de Rio, e de Minas, quero um agradecimento público aos
453governos estaduais, aos secretários, aos governadores que se envolveram na
454construção da solução e nós, do ponto de vista da Agência Nacional de Águas,
455assegurando duas coisas: Abastecimento e segurança hídrica dos reservatórios para

456 poder vencermos esse período de seca. Por isso a importância do Operador Nacional
457 de Sistema, ele opera não só, ele opera o tempo, como é que fala, a segurança hídrica
458 dos reservatórios. Então, saber explicar, discutir, mostrar que, nesse caso, você, além
459 de abastecimento, terá, talvez, estruturalmente no Brasil, discutir reservação de água,
460 não só para controle de vazão, não só para geração de energia elétrica, mas,
461 fundamentalmente, para o abastecimento, que é o debate que São Paulo está tendo
462 hoje, os investimentos em reservação, não é isso? Está todo mundo inquieto, o que
463 está acontecendo na bacia do PCJ. Enfim, você tem uma crise monumental de
464 abastecimento de água por causa da seca. Então, diferentemente do que as pessoas
465 pensam do Nordeste, o Nordeste vive isso, e tem equações montadas sobre a questão
466 de abastecimento. São Paulo está vivendo uma crise, São Paulo, a bacia do Paraíba
467 do Sul, é uma redução de vazão que é um negócio impressionante, mas estamos
468 chegando a operar em determinados momento a 70% abaixo da mínima histórica. Não
469 é na mínima histórica, é abaixo da mínima histórica, no sistema Cantareira. Agora, está
470 30%, mas está abaixo da mínima histórica. Então, são situações singulares como
471 também vivemos as cheias na Amazônia, também fora da curva, nunca se viveu, você
472 pega os dados históricos não acontece. Então, aconteceu fenômenos que teremos que
473 saber lidar, e temos que lidar com seriedade, com obviamente objetividade e
474 conhecimento técnico-científico. Então eu acho que esse Conselho, na minha
475 sugestão, e eu acho que é uma das coisas que eu fico feliz de ver o Conama, é todos
476 nós nos envolvermos nos debates realmente importantes da política ambiental e das
477 políticas de desenvolvimento desse País. Não mais uma discussão sobre achismo,
478 então, eu convidaria, se todos os membros do Conama concordarem, que nós
479 pudéssemos fazer. Aí vamos ver qual é o melhor formato, Chico, uma reunião de
480 debate a partir de onde estamos para aonde vamos. O que nós chegamos até agora,
481 eu não quero fazer nenhuma relação ao Governo A, B, C, não me interessa, me
482 interessa saber o seguinte: Eu tenho um desafio de regularização fundiária
483 monumental nas unidades de conservação federais. E eu mandei fazer o banco de
484 dados para isso, e eu mandei fazer um banco de dados que o Governo Federal nunca
485 teve sobre populações tradicionais que vivem em áreas de uso sustentável de domínio
486 da União. São cerca de 70 mil pessoas, que ninguém tinha esse número. Ok. Das
487 quais, eu tenho 20 mil no Bolsa Verde, ou seja, estão abaixo da pobreza, eu tinha 3 mil
488 e 600 famílias, 70 mil famílias, perdão. Tinha 3 mil e 600 famílias até eu começar o
489 Ministério com regularização de CCDRU, regularização fundiária para uso sustentável.
490 Eu estou entregando com 32 mil famílias regularizadas. Qual é o desafio que se
491 coloca? Como é que você avança nisso? Isso é a regularização fundiária, isso é
492 assegurar direito as populações tradicionais, é poder desenvolver cadeia da
493 sociobiodiversidade, mas eu tenho 20 mil abaixo da linha da pobreza recebendo Bolsa
494 Verde, no Brasil sem Miséria, e aí? Como é que eu saio disso? Como é que o governo,
495 como é que a sociedade sai disso? Como é que eu gero renda para essas pessoas? E
496 são desafios nossos, e o Movimento Nacional de Extrativismo é parceiro disso. O
497 Instituto Chico Mendes teve que fazer uma norma, senhores, para dizer como é que
498 essas populações podem construir suas casas dentro dessas unidades de
499 conservação, que antes era tudo ilegal. Para eu colocar o Luz Para Todos lá, para eu
500 fazer escolas, saúde, como são investimentos, tem o maior investimento para o
501 extrativismo feito. Isso dá uma complexidade e regras que precisamos discutir por

502aonde que nós vamos. Agora, esse povo não pode viver sem dignidade, tem que viver
503com todos os seus direitos, sim, além dos seus deveres. Então, isso é sistema federal
504de unidade de conservação, isso é outro desafio importante que o Conama tem que
505entender a diferença entre o sistema federal e o sistema nacional de unidade de
506conservação. O ICMBio cuida do federal, Roberto, é isso que ele cuida, ele fica
507preocupado com o federal e o Ministério tem que cuidar do nacional. Nós estamos
508tomando decisões de compensação colocando até 25% da compensação federal para
509os Estados. Como é que se organiza a compensação? Como é que se organiza o
510Código Florestal do ponto de vista das cotas de reserva e a compensação de
511regularização fundiária? Estamos fazendo a união, isso é suficiente? Eu tenho a
512impressão que não. Eu tenho a impressão que tem que mudar esse quadro. Então,
513mostrar nos números, mostrar esses desafios me parece um, vou usar uma expressão
514delicada aqui, um nivelamento, de onde estamos para onde temos que ir. O que foi
515feito a mais, o que foi feito a menos, isso é do juízo de valor de cada um, eu não entro
516com essas questões, mas eu acho que quando você vai, por exemplo, discutir
517agrotóxicos nesse País, tem que entender como é que é a tomada de decisão de
518Agrotóxicos, e eu defendo publicamente um aperfeiçoamento no sistema de tomada de
519decisão de agrotóxicos nesse País, de todos, não é só do Ibama não. Defendo o
520Ministério da Agricultura e defendo o Ministério da Saúde, e com maior transparência
521do que nós já conseguimos ter, com maior eficiência. O Ibama está debruçado revendo
522o seu sistema de decisão sobre agrotóxico, e não é fácil, não tem nada de fácil. Então,
523é óbvio que, em vez de... Vamos propor mudança de leis etc. Nós podemos ser mais
524eficientes, eu acho que tem soluções no Brasil como um todo de maior eficiência, que
525os órgãos estaduais estão tomando, e que o próprio Governo Federal também vem
526tomando. E, a partir daí, eu acho o que Conama, se eu posso dar uma sugestão, o
527Conama tem que ser mais proativo em pautar discussões e mudança estruturantes no
528Sistema Nacional de Meio Ambiente. Pautar é chamar a debate, é chamar
529interlocutores, é apresentar os contraditórios, entender pragmaticamente como é que
530se coloca em prática as coisas. Nós estamos propondo a criação da Secretaria
531Nacional das Florestas no Ministério do Meio Ambiente, como também está no
532planejamento a discussão para formalizar, o que já foi criada a diretoria de
533ecossistemas marinhos e costeiros. E o Ministério tem uma secretaria chamada SBF,
534Biodiversidade e Florestas que dependendo de quem comanda tem um viés, ou separa
535e coloca, como eu transferi todo o Código Florestal para dentro do Serviço Florestal
536Brasileiro. O Serviço Florestal cuida de floresta, ou o Serviço Florestal cuida de floresta,
537tem que ter interlocução com o Setor produtivo, tem que ter interlocução com os
538produtores, tem que ter interlocução com a turma de meio ambiente, não pode ficar
539uma coisa partida. Então, isso significa mudar a estrutura de gestão e o modelo de
540governança ambiental no País. Ontem, eu assinei a nova parceria, o modelo, a nova
541cooperação para a parceria público-privada, parceria ambiental público-privada, as
542concessões, os novos caminhos de concessões em áreas protegidas, três anos de
543trabalho, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, BID, Caixa Econômica,
544Banco do Brasil, parceria do Semeia, WWF, todo mundo, foram três anos para achar
545um rumo, Patrícia. Agora, eu não faço incremental, se eu não regularizar, do ponto de
546vista fundiário, esses pactos nacionais. então ,uma coisa casa a outra. Como é que eu
547vou dar uma concessão para um cara que não é dono da terra, que eu não sou dona

548da terra? São imbróglis jurídicos, é o mundo real, isso é como a coisa funciona na
549hora dos questionamentos. Então, fundamentalmente, a ideia, se vocês concordarem é
550que nós possamos fazer esse “balanço”, mostrar o que está, de fato, acontecendo,
551junto com os Estados, e o Conama ter uma linha de base, linha de referência para
552debater os temas e pautar os temas além de licenciamento, além de Código Florestal,
553esses que são os mais visíveis. então ,uma visão crítica de como é que o Brasil está
554em relação a política ambiental. E acho que vocês precisam conhecer mais a realidade,
555porque tem muita gente que conhece e reconhece o que o Brasil está fazendo. O
556lbama acabou de ganhar, nós fomos na primeira reunião da UNEA, que é a Assembleia
557Geral de Meio Ambiente da ONU, o Brasil foi saudado com referência ao combate ao
558crime ambiental, é capa da publicação das Nações Unidas e é o lbama que está na
559capa. Nós somos reconhecidos publicamente, eu acabei de doar 1 milhão de dólares
560para o Pnuma nessa conferência para fazer consumo sustentável consciente,
561prioridade do acordo de Marrakech, que o Brasil, quando eu assumi o Ministério,
562estava na lanterna, hoje nós somos o número 1, na interlocução política internacional
563sobre o tema. O Brasil foi aplaudido abertamente quando se faz uma doação dessas,
564porque nós estamos priorizando, nenhum país desenvolvido doou como o Brasil doou.
565Todo mundo quer falar de consumo, tomo mundo quer mudar a realidade, mas
566ninguém quer agir, e estamos fortalecendo aqui o Programa de Meio Ambiente das
567Nações Unidas no Brasil com cinco milhões de dólares, com prioridade para trabalhar
568os próximos cinco anos no Brasil. Então, isso são políticas que são feitas, como é que
569se articula com o que os Estados estão fazendo, com o que o setor privado está
570fazendo, é o desafio. Mas isso foi feito, isso eu não tenho nenhum problema em dizer.
571Como eu estou indo amanhã, eu estou olhando aqui os catadores, vou saudar a
572presença do Movimento Nacional dos Catadores que vem agora representando a
573Presidência da República, membro do Conama. Eu acho isso é um ganho tremendo e
574o Roberto é nosso cheiroso, é o catador mais cheiroso que eu conheço; ele tem um
575perfume ótimo. Então, na hora que ele beija a gente, nós ficamos assim, todo mundo,
576lá vem o Roberto, mas de qualquer maneira saudar o Roberto. Eu não sei quem tá
577aqui. Ah, está aqui o Ronifer. Para discutirmos a questão também de resíduos sólidos
578da reciclagem, os desafios que se colocam. Esse Conselho pautou isso várias vezes.
579Amanhã eu estou indo para o Rio Grande do Sul, exatamente para a posse do
580Conselho Nacional de Procuradores do Ministério Público, no presidente do Conselho
581Nacional do Ministério Público Estadual junto com o Ministério Público Federal para
582depois fazermos uma reunião com o Ministro Adams, com o Ministro Berzoini, sobre
583como a estratégia, como lidar com o Ministério Público e os municípios, com a CNM,
584com a Frente Nacional dos Municípios, etc. para assegurarmos que nós não
585precisamos mudar prazos de lei. Basta combinarmos como que vamos cumprir a lei, e
586reconhecer os mais de 2.000 municípios que cumpriram a Lei Nacional de Resíduos
587Sólidos. E a posição do Governo não foi de adiar, fazer medida provisória, etc. Agora é
588óbvio, se o Congresso resolver mudar, a decisão é da sociedade brasileira no
589Congresso, nós temos que respeitar a democracia. Mas nós estamos indo para lá para
590construir um pacto e, a partir daí, trabalharmos as várias realidades nesse País, que eu
591tenho municípios isolados, tenho municípios de fronteira, tenho municípios capitais que
592não resolveram o problema. Têm várias situações, mas eu tenho município de 8.000
593habitantes que funciona perfeitamente com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e

594tenho municípios grandes e Estados inteiros que estão cumprindo o compromisso da
595lei. Se tem problema de qualidade etc., se ajusta, mas está ao engajamento, há
596consórcios bem sucedidos. Então é uma nova prática, nós estamos indo para negociar
597e chamar o Ministério Público como um parceiro nesse processo. E não ficar mudando
598lei como é uma prática, não dá certo, nós adiamos. Se o problema fosse adiar, eu acho
599que o Congresso teria dado prazo de 20 anos. O Congresso, quando dá um prazo de 4
600anos, ele determina urgência do tema, mas, enfim, é o debate democrático naquilo que
601cabe o Executivo. O Executivo não aceitou encaminhar nada que prorrogasse o prazo.
602Então, nós vamos para lá para debater, vocês estão indo também, está indo todo
603mundo para fazermos um seminário e discutirmos, olharmos as várias visões de Brasil,
604os vários Ministérios Públicos e entender quais são as dificuldades e, a partir dali,
605estabelecer uma base com um novo pacto, e como é que nós vamos conduzir esse
606assunto. É assim que se faz, com maturidade e se mostra, vai ao Ministério das
607Cidades, um grupo de Ministros para poder, como é que vamos funcionar daqui para
608frente. Isso é maturidade em relação às legislações e os problemas ambientais do
609País. Acho ainda que, talvez, não sei se essa reunião vai ter espaço para isso, mas
610talvez caiba um informe sobre um balanço da conferência de clima que vai acontecer
611em Lima no Peru, é importante que o Conama saiba o que está acontecendo, até
612porque a preparatório é negociação de Paris em 2015, e talvez seja útil fazer no
613informe o que está acontecendo e eu farei o informe também dos resultados da
614Conferência de, da Convenção da Diversidade Biológica que acontecerá em Outubro
615em Seul. Então, nós poderemos fazer um encontro dando um balanço
616internacionalmente sobre esses dois aspectos, nacionalmente os grandes resultados e
617as grandes linhas e, do ponto de vista dos Estados também, e qual é a agenda que o
618Conama a partir daí poderá se debruçar elegendo prioridades e como é que nós vamos
619trabalhar a partir de 2015. Todos nós em qualquer situação que nós possamos estar.
620Todos nós, antes de tudo, temos um compromisso com o meio ambiente, como eu
621sempre brinco, com os 50 tons de verde que mapeiam a história. Então, esse é um
622relato muito mais informal do que, usualmente, eu faço, mas é um relato provocando
623um papel político no Conama que eu acho o Conama tem que valorizar aquilo que nós
624conquistamos nos últimos anos. Lembro que, quando eu assumi como Vice-Ministra,
625como Secretária-Executiva, o Volnei presidiu uma reunião em que os Conselheiros
626abandonaram o plenário, isso para mim é um marco inesquecível, do ponto de vista, e
627como também, tivemos também uma briga famosa nesse auditório, entre São Paulo e o
628Ministério da Agricultura que foi obrigado a ter um momento de paz. Eu me senti assim,
629todo mundo se abraçando e o Conama... Então, esses momentos do Conama são
630momentos que determinam a vida desse Conselho, e a importância política desse
631Conselho. Então, eu acho que a ideia é não encerrar uma gestão por encerrar a
632gestão, mas, não só por encerrar, têm outros processos de fazê-lo, mas também dar
633vida política, dar um papel político, dar uma agenda política, melhor dizendo, o Conama
634que é um Conselho tão importante para o País. Então, se todo mundo tiver de acordo,
635nós faremos isso na última reunião, e aí vamos para o debate, não tem nenhum
636problema e depois, se, eventualmente, tiver chance podemos almoçar juntos, espero
637que não aqui no morte lenta como é chamado o restaurante do Ibama, mas podemos
638de repente celebrar, vê como é que pode todo mundo encontrar, e, a final de contas,
639estaremos indo para reta final. Então, é isso, a reunião hoje é uma reunião além da

640tribuna livre marcada por esse pedido de urgência, marcada por uma Resolução
641proposta pela CNI, que terá um debate, eu não sei qual vai ser a decisão em torno dos
642senhores. Enfim, e depois a questão de uma proposta em relação à ratificação da
643Convenção de Minamata. E ontem eu informei, não só que eu sou favorável a isso,
644como também já encaminhei a exposição dos motivos da Presidenta da República para
645formalização do processo junto ao Congresso Nacional para ratificação. Chamando a
646atenção dos senhores que Brasil teve um papel extremamente importante na
647aprovação dessa Convenção, e eu pessoalmente fui à Minamata assinar em nome da
648Presidenta Dilma a adesão a Convenção no rito formal perante as Nações Unidas,
649ocasião que o Brasil foi homenageado pela ONU. Então, houve um trabalho imenso, eu
650acho que essa Convenção é simbólica para todos nós, e nós temos que viabilizar sua
651ratificação no Congresso Nacional. A Presidenta já está encaminhada, então o
652Ministério de Relações Exteriores e o Ministério do Meio Ambiente nós já tomamos
653todas as providências para encaminhamento formal ao Congresso Nacional. E aí é
654uma ação articulada de todos nós para sua ratificação. Depois, pelo eu fui informada,
655temos aqui informes mais objetivos, em relação ao acesso a recursos genéticos, ao
656marco legal, em relação à questão das aves migratórias e também da política e
657destinação final de resíduos eletroeletrônicos. Zilda, eu peço que vocês esclareça
658como é que está isso, é a única situação que nós temos em dúvida sobre logística
659reversa, o resto está tudo encaminhado, nós podemos assinar todos os outros acordos
660de logística reversa. Esse tem uma peculiaridade que ela vai explicar que não tem a
661ver com o meio ambiente, tem a ver com questão tributária. Eu acho importante que os
662Estados nos ajudem nesse processo, que é uma coisa de competência estadual. Mas,
663enfim, é isso, do ponto de vista da pauta, eu acho que é uma pauta simples e, do ponto
664de vista do licenciamento ambiental, além dessa discussão aqui no Conama, nós
665ontem fechamos um entendimento com o banco Interamericano que vem trabalhando
666uma proposta de prioridades com o Ministério. Uma delas é estrutural, uma proposta de
667fortalecimento e licenciamento ambiental. Teve uma longa discussão ontem com os
668Estados sobre isso e a proposta do Ministério vai para uma escola de licenciamento,
669vai para uma plataforma integrada de dados ambientais, nós vamos, à semelhança é
670que nós fizemos um Cadastro Ambiental Rural, nós vamos estamos desenvolvendo um
671sistema igual o cadastro para o licenciamento, para integração dos dados. Ah, já tem
672um protótipo sobre isso, a ideia é avançar, e trabalharmos nessa questão da cultura
673compartilhada de informações para melhorar o mundo do estudo de impacto ambiental,
674evitar duplicidade de informações e, além do que o próprio Ibama está fechando, o seu
675sistema, chamado Sislic, do Ibama, reforma do sistema informatizado do licenciamento
676que se entrega agora no final do ano. Não é isso, Volnei? Já está em teste, além, do
677'dover' eletrônico, o lauto de fração eletrônico, tudo que já está funcionando, e os
678controles todos do Ibama serão entregues todos informatizados. Então, essa é a
679proposta da escola nacional de licenciamento, é um processo contínuo de capacitação
680e formação de pessoas em todas as instâncias e eu, particularmente, gosto muito
681dessa proposta, quem foi propôs foi o Ibama e que fosse ali o espaço de integração
682dos gestores. E aí, Pedro Wilson, facilitando muito a história da descentralização dos
683Municípios. E a questão de plataforma integrada de banco de dados, além obviamente
684de tudo que são as regras de regulamentação do licenciamento ambiental nos seus
685processos de tomada de decisão. Acho que muito foi feito, as pessoas talvez não

686conheçam tanto, mas muito foi feito no País sobre essa modernização do
687licenciamento, mas eu acho que a hora de fazer o enfrentamento, sim, da discussão do
688que trifásico versus o bifásico, da discussão do simplificado, da discussão de base de
689dados integrados e não tanto essa indústria de consultoria que o País hoje é refém,
690enfim. Tudo que os gestores estaduais têm muito mais acúmulo de aonde podemos ir,
691à semelhança do que foi o debate de eólica, aqui por esse Conselho para simplificação,
692não foi mais complexo do que eu imaginava, mas está aí, já implicando em processos
693mais avançados nos leilões de eólica e maior disponibilidade de energia renovável
694nesse País. Então, é isso, eu acho que nós temos um desafio enorme de fechar a
695gestão. E eu peço a vocês se eu posso, além da agradecer toda a cooperação dos
696membros do Conama, eu peço que todos estejam na última reunião do Conama,
697porque vai ser uma reunião para preparar o Conama para 2015, e aí vocês continuam
698e tenho certeza que vão, como diria o carioca, arrebentar a boca do balão. Eu espero,
699são os meus desejos, meu desejo e que obviamente nós também façamos, e o
700Conama faça um relatório de balanço de tudo que foi aprovado, tudo que está sendo
701discutindo vai ser entregue porque isso é importante que as pessoas saibam como é
702isso aqui funciona, que houve mudanças extremamente importantes. Ok. É isso, eu
703desejo a vocês uma ótima reunião. A tribuna livre vai ferver até onde eu soube. Está
704bom. Bocuhy, eu sei qual é a sua proposta, você não falou ainda, eu vou ter que sair
705agora, mas eu vou deixar publicamente o meu compromisso de que nós teremos, sim.
706Primeiro, eu sugiro que você torne disponível o estudo que você vai apresentar aqui
707para o Conselho, vai fazer referência a ele, apresentar não. Segundo, quem está aqui
708do Ministério da saúde? Ministério da Saúde, nós vamos conversar, o Ministério do
709Meio Ambiente e Ministério da Saúde, sobre esses estudos e outros estudos, a questão
710da poluição do ar e a morte de pessoas em São Paulo, os cenários que estão sendo
711colocado pela USP. E acho que nós temos que zerar o movimento urgente político
712sobre a necessidade de discutir os impactos. Quais são, usando a expressão do
713Bocuhy, se há necessidade, por aonde nós vamos, um choque de gestão, como é que
714nós cuidamos disso na qualidade de vida das pessoas. Então a ideia é que eu posso
715encaminhar para vocês formalmente, como Presidente do Conama, e aí conversarmos
716com o Ministro, enfim, e aí vemos como é que podemos trabalhar isso de uma maneira
717articulada, debatendo primeiro, tem que trazer, eventualmente, esse Conselho vai faz
718uso de seminários, faz uso de especialistas, e sabermos, de fato, quais são os rumos
719junto com os Estados, Hélio Gurgel está aqui, é que nós podemos implementar em
720relação a isso. Então, é importante que nós não tenhamos divergência, e tenhamos
721convergência pelo menos nos objetivos e divergências na maneira de encaminhar as
722questões. Isso aí é da democracia e, graças a Deus, é a democracia. Está bom? Então
723muito obrigada a todos, eu vou com isso me retirar. Dr. Hélio, você quer falar? E
724obviamente, Hélio, vou usar, eu falei com você lá fora, eu vou tornar público. O
725sentimento de tristeza de todos nós por causa da morte do Governador Eduardo
726Campos. Você, em particular, e o parceiro que ele sempre foi, pelo menos comigo. Eu
727só tenho elogios, não só da pessoa pública, mas da pessoa que eu tive oportunidade
728de conviver pessoalmente também. Então, sei que Pernambuco está de luto, mas, o
729Brasil está de luto, mas nós vamos, a partir disso, fazer mais. Então, obrigada a todos e
730agora eu passo a palavra ao Hélio, que quer falar e depois o Chico Gaetani coordena a
731reunião, tudo bem assim? E Catadores sejam bem-vindos ao Conama. Serenidade,

732
733

732

733

734O SR. HÉLIO GURGEL (Presidente da Abema) - Bom-dia a todos e a todas. Senhora
735Presidente desse Conselho, a Abema, ela recebe com satisfação mais esse desafio e
736se coloca, como sempre tem se colocado, à disposição do crescimento da Política
737Nacional do Meio Ambiente, é evidente que trazendo para o âmbito de suas discussões
738através de todos os seus membros, como faremos mais essa tarefa, mais essa missão
739que nos é confiada. E é um momento em que buscamos, em nome da transparência e
740da prática democrática, agregar, não somente a Anamma, como também entidades
741que se fazem representar como a frente municipalista, que aqui se acha presente, e
742que outras que venham a contribuir com esse processo enriquecedor, da posição de
743uma política nacional efetiva, que muito bem a senhora vem conduzindo, e que deverá
744ser mantida, dentro dos parâmetros como mantemos, dentro da Abema, apesar de ter
745conformação com 27 unidades diferenciadas com orientações ideológicas, orientações
746administrativas diferentes. Mas intramuros, a Abema, nós temos aí uma prática
747democrática em nome do exercício da Política Nacional do Meio Ambiente. Extra
748política partidária, extra política ideológica, nós mantemos ali um foco exato dentro de
749busca de melhores condições para a política nacional abrangendo todo o
750encaminhamento que vem sendo dado, de se ressaltar o crescimento do nível do
751Conama, que é percebido muito mais recentemente, e que isso nos estimula a
752continuar buscando resultados. Traremos ao âmbito da Abema, traremos a discussão
753interna, buscando já esses parceiros necessários para essa discussão, e colocamos
754aqui nosso empenho pessoal e de tantos outros associados para que possamos atingir
755dentro dos prazos, para que tenhamos entregas dentro do exercício. Muito obrigado.

756

757

758A SRª. IZABELA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) – Hélio, só para dizer para
759o senhor o seguinte, nós vamos ter uma disciplina nisso. *(Palmas!)* E eu quero lhe
760agradecer e mais do que isso, quem vai coordenar esse assunto pessoalmente a
761Secretaria Executiva junto com a Drª. Regina Gualda. Nós vamos propor um termo de
762referência, quais são temas, vamos acordar, como é que nós poderíamos conduzir
763isso. Possivelmente, eu chamo a reunião informal da tripartite nacional para discutirmos
764lá, município, Estados e União, qual seria esse formato e quais são as principais
765informações, se não invalida que os Estados tenham relatórios específicos, todos terão,
766mas aquilo que, na realidade, seriam objeto de um grande debate, grandes linhas da
767Política Nacional de Meio Ambiente. O segundo aspecto que eu não mencionei aqui, e
768que é importante também que vocês saibam, nós vamos realizar, e aí depende da
769articulação com as ONGs, eles só vão combinar reuniões, o Encontro Nacional das
770Entidades Ambientalista, não tem nada contrário a isso, pelo contrário, está marcado
771para Novembro. Exatamente também, as ONGs vão gerar uma pauta sobre
772prioridades. Então, é uma maneira de convergir, como foi na Conferência Nacional da
773Meio Ambiente, ano passado, e os resultados da Conferência influenciaram as
774decisões agora sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que foi a maior
775conferência já feita sobre resíduos sólidos. Então, na realidade, nós estamos tentando
776convergir esses movimentos todos e esse ponto de convergência é o Conama, o
777espaço política de convergência é o Conama. Obviamente tem o Conselho Nacional de

778 Recursos Hídricos, tem a Comissão Nacional da Biodiversidade, Conselho Nacional de
779 Floresta, Comissão Nacional de Floresta, você tem esses espaços, mas aqui é o
780 nacional de meio ambiente, junta tudo. Então, nós vamos sentar, vamos combinar
781 como é que isso etc. e obviamente os Estados, se vai ser regional porque não pode ser
782 uma coisa exaustiva, mas tem que ser uma coisa que provoque o debate. E seria
783 interessante que nós pudéssemos dialogar as datas com Enea, ou efetivamente, em
784 2015, o Conama recepcione os resultados do Enea junto com os resultados da última
785 reunião do Conama. E aí se ver as prioridades, se debate, e se pode com isso gerar
786 uma pauta política de debate e de interlocução nesse Conselho. Eu acho que por aí
787 nós fechamos uma lógica de gestão que foi privilegiar o espaço do Conama para essas
788 interlocuções, obviamente, e as reuniões preparatórias, que eu, particularmente, acho
789 que devem ser mais valorizada, eu Izabella. Ok. Então, é isso, do ponto de vista, eu
790 agradeço a sua cooperação, e mais do que isso, acho que nós podemos, a partir daí,
791 gerar uma pauta que dará outra escala política para esse Conselho. Obrigada a todos.
792 Ok. Posso ir então. Mais uma vez, com licença, então, se divertam. Espero que vocês
793 vejam o Conama animado e polemizem. Esse Conselho é bom pelas polêmicas. Não é
794 isso, Caron? Criem polêmicas e inquietações. Obrigada a todos. Chico.

795

796

797 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Obrigado, Ministra.
798 Bom, nós vamos dar sequência aos nossos trabalhos. Nós estávamos com a tribuna
799 livre em curso e a próxima pessoa inscrita é o Bocuhy. Bocuhy, seu nome está aqui. É
800 só fazer um sinal que o João Paulo anota. Lisiane, Pedro Wilson.

801

802

803 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** - Nós já temos 7
804 inscritos.

805

806

807 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Não se preocupe, até
808 100 está bom.

809

810

811 **O SR. CARLOS BOCUHY (ECOJUREIA)** – Bom dia a todos. Bom dia a sua secretária,
812 a senhora Ministra ainda está presente aqui. Conversei ontem com a Ministra dando
813 notícia sobre o caso grave que se configura hoje com relação à saúde pública,
814 principalmente na metrópole de São Paulo. Nós temos um estudo promovido, ligado ao
815 pessoal da faculdade de saúde pública, do Professor Paulo Saldiva que nos dá conta
816 da morte de aproximadamente 250 mil pessoas até o ano de 2030, em função da
817 poluição atmosférica, só no Estado de São Paulo. Grande parte dessa morbidade se
818 prevê em função do particular do 2,5, e esse estudo está disponível no site do Conama,
819 no GT de qualidade do ar. Na última reunião, o nome é monitoramento da qualidade do
820 ar do Brasil. Conversando com a Ministra, eu disse a ela o seguinte: Ministra, nós não
821 podemos tratar dessa questão como uma questão comum, e que nós apelamos para o
822 Estado, para os Estados, a sua capacidade de adaptação, da sua capacidade de
823 gestão para a solução desse problema. Portanto, esse caso que atinge milhares de

824brasileiros, especialmente criança, idosos e os mais vulneráveis, que são os que têm
825menos recursos financeiros, tem que ser tratado com um choque de gestão. Se o
826Governo Federal não assumir agora sua posição frente a esse caos instalado, e não
827liderar o movimento para solucionar, com medidas práticas imediatas, a retirada do
828poluente 2,5 da atmosfera, nós vamos ter a continuidade desse verdadeiro genocídio
829no Estado de São Paulo. E isso não está dimensionado em outras regiões do Brasil
830porque estudos não foram realizados. O estudo que se encontra no site do Conama, no
831GT Qualidade do Ar, ele se chama monitoramento da qualidade do ar do Brasil, e ele
832também traz uma avaliação da precariedade do monitoramento do ar em território
833nacional. Nós sabemos que essa discussão sobre qualidade do ar, ela remonta aos
834anos 90, quando se estabeleceu o Pronar, quando nós adotamos os padrões da
835Organização Mundial da Saúde, na época de 1990, 1991. Então, nós temos, não só um
836atraso dos valores indicadores que, realmente, protegem a saúde, nós não adotamos
837esses indicadores apontados pela Organização Mundial da Saúde no Brasil, como
838também nós não avançamos muito na expressão veicular do monitoramento etc..
839Então, estou protocolando um ofício à Ministra, dando ciência sobre o estudo, sobre a
840gravidade da situação, sobre a responsabilidade do agente público, do Governo
841Federal, de tomar uma medida frente a essa enorme morbidade. Nós não estamos
842falando aqui de qualquer coisa, nós estamos falando de responsabilidade e, daqui para
843frente, nós estamos falando de omissão. Isso está noticiado, está no site do Conama,
844portanto há uma responsabilidade por parte dos agentes públicos. Mas nós não
845fizemos só isso, nós temos aqui um ofício datado de 20 de agosto, perdão, setembro
846do ano passado, onde nós apontávamos já na época, e esse documento foi
847protocolado no gabinete da Ministra, 12 ações mais imediatas necessárias para
848retirada dos poluentes que mais matam. São medidas factíveis, não dá para os
849Estados dizerem não posso fazer, é possível fazer. Um exemplo, a frota irregular que
850tem que ser fiscalizada atinge 1 milhão de veículos diesel no Brasil, ônibus, caminhões
851etc., etc. lançando poluição sem nenhum controle. Catalisadores brasileiros com
852durabilidade de 80.000 quilômetros, quanto na Europa é sempre 60, motos brasileiras
853com catalisadores de 18.000 quilômetros, quando os motoboys de uma região
854metropolitana como São Paulo rodam uns 60.000 por ano, subdimensionamos as
855questões da homologação no Brasil. Então, todas essas situações devem ser sanadas,
856e não é difícil o Governo Federal capitanear diante hoje do apelo público, da comoção
857pública que se torna a questão da morbidade em proporção atmosférica em São Paulo,
858certamente, o Governo ganhará apoio político nesse sentido. E eu apelo também ao
859Ministério da Saúde que se manifestou favoravelmente na Câmara Técnica no Grupo
860de Trabalho por um prazo curto que o Brasil se adapte a esse processo, além das
861medidas imediatas num prazo de duas gestões de governo, uma imediata para as
862questões de contenção que são possíveis fazer agora, e o preparo das outras políticas
863de médio prazo para que consigamos atingir os objetivos da OMS em um prazo de 8 a
8649 anos. Se deixarmos por conta da discussão como ela ocorre hoje, a tendência é não
865estabelecer prazo ou a tendência pode ser 15, 20 anos. Então, não dá mais para
866continuarmos essa lógica. Protocolo com o Senhor, Senhor Secretário, o documento e
867espero uma resposta urgente do Ministério, já tive uma sinalização da Ministra hoje,
868mas espero que isso seja respondido com a maior brevidade. Obrigado.

869

870

871 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Muito obrigado,
872 Bocuhy.

873

874

875 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama) -** Aproveitando só
876 para ler quem está na tribuna livre. Temos ainda: Sócios da Natural, Tadeu; Sodemap,
877 e Lisiane; Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável, Roberto; Anamma,
878 Pedro Wilson; SOS Amazônia, Miguel Scarcelo; E CNM, Waltemir. O Miguel está aqui,
879 SOS Amazônia.

880

881

882 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Por favor, respeito ao
883 moço, gente.

884

885

886 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama) -** Vamos lá. Sócios
887 da Natureza, Tadeu.

888

889

890 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** É só se inscrever.
891 Está inscrito também, então pronto. Gente, o João Paulo não tem a experiência da
892 Adriana, mas ele consegue observar, tomar nota, ele é bacharel, advogado da ordem.
893 Ele consegue.

894

895

896 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza) -** Tadeu Santos, região Sul.
897 Elaboramos um documento essa noite mediante a provocação que a Ministra fez a nós
898 ontem na reunião no final da tarde. O primeiro ponto que nós conversamos na reunião
899 de ontem foi, de certa maneira, uma cobrança sobre a rediscussão do licenciamento no
900 País. O Ministério do Meio Ambiente, no ano passado, realizou um seminário nesse
901 espaço do Conama, com dinâmicas e contribuições, principalmente, do ex-Ministro
902 Paulo Carvalho, e ficou no seminário, quando se existe a necessidade de se discutir o
903 aprimoramento do licenciamento no que tange, principalmente, aos EIA/RIMAS, a
904 credibilidade do EIA/RIMA, e a credibilidade da audiência pública. O Ibama com todo o
905 avanço, o Ministério do Meio Ambiente com todo avanço que houve nos últimos anos
906 não pode permitir que exista esses pontos frágeis do licenciamento, apesar de toda a
907 legislação brasileira. Mas, a Ministra, agora na sua fala inicial, convocou a Abema e a
908 Anamma para dar continuidade a essa discussão. Esperamos que até o final do ano
909 ocorra outro seminário para outro debate para que seja repensada essa questão.
910 Quanto ao ENEA, também, que é uma proposta nossa de 2010, e não tinha avançado,
911 agora a declaração da Ministra de ontem e de hoje, novamente nos dá a expectativa da
912 realização desse encontro até o final do ano como forma de aproximar as entidades
913 ambientalistas de todo o País. Fragilizadas, não apenas as entidades do CNEA, mas
914 de todos os coletivos ambientais. Propomos ainda, Senhor Secretário, aos técnicos do
915 Ministério do Meio Ambiente, que venham estudar alguma Resolução, no que tange a

916uma normatização da emissão de gases de efeito estufa, principalmente de CO 2. A
917maior usina térmica da América latina, que fica em Santa Catarina, quem faz o
918monitoramento da emissão do CO 2 é a própria empresa, a própria Pratbel. Isso não
919pode continuar assim. A questão de combustíveis fósseis, a questão de mudanças
920climáticas, quer dizer, tem aí uma brecha nessa questão, que se fala tanto, hoje, em
921mudanças climáticas e o Brasil não tem uma legislação específica para o controle de
922monitoramento da emissão de CO 2. Agradecemos ao Ministério do Meio Ambiente
923pelo apoio junto à Presidência da República, baseado numa ideia na Conferência
924Nacional do Meio Ambiente, que alguém sugeriu que o Sócios da Natureza levasse a
925proposta dos catadores à bancada, à sociedade civil, para ocupar essa vaga ocupada
926indicada pela Presidência, estão aqui os dois representantes. Se bem que, eu gostaria
927de citar o nome de um catador que estava lá, que era um senhor de Curitiba.
928Exatamente. E como a Ministra ontem também deu apoio, a questão da reciclagem, da
929desoneração às indústrias, ao setor, a indústria que vai lá e retira o lixo para reciclável.
930As indústrias estão pagando impostos duas vezes, é a tal de bitributação. Já existe
931uma PEC no Senado que está andando para propor essa desoneração, e existe um
932estudo também que foi encomendado pela CNI, que também trata sobre essa questão
933da desoneração ou a não bitributação sobre o lixo, isso vem resultar na redução do lixo
934no meio ambiente, conseqüentemente, um maior benefício a preservação ambiental.
935Concluindo, Senhor Secretário, das 11 entidades ambientalistas que são eleitas,
936apenas uma não está indo para a reeleição, que é a SOS Amazônia. As outras 10
937estão indo para reeleição. Então, nós pedimos atenção do Ministério para com as
938solicitações, todas elas, as aspirações, as reclamações, que foram elaboradas hoje na
939parte da manhã, e do qual consta aqui no documento, e fica aqui o nosso protesto ao
940Congresso Nacional pela interferência na normatização da legislação ambiental com o
941Código Florestal, a LC 140 que para nós, Conselheiros do Conama, o conselho mais
942antigo da República, foi de certa maneira, para não dizer, um toque na soberania do
943Conselho. Que essa manifestação que nós vamos entregar seja endereçada aos
944futuros governantes desse País, essas preocupações relacionadas à questão
945ambiental. É isso.

946

947

948**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Lisiane, você é a
949próxima. Obrigado, Tadeu. Lisiane. Só antes de ela falar, nós vamos dar um jeito de
950fazer conciliar o encontro do ENEA com o próximo plenário do Conama de modo que
951tenhamos uma semana para todas as discussões que estamos querendo fazer. Eu
952acho facilita para todo mundo. Obrigado

953

954

955**A SRª. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - Bom dia, eu tinha um discurso aqui pronto,
956mas eu fiquei mais feliz de ver que a demanda expressa ontem na reunião com a
957Ministra foi atendida, que é em relação ao licenciamento ambiental, especificamente, a
958critérios e diretrizes para a Lei Complementar 140. Porque nós temos observado, é o
959seguinte: em vários Estados está tendo uma divergência no que se considera impacto
960local para o licenciamento municipal. Então, no meu entendimento, temos, às vezes,
961empreendimentos e atividades que estão sendo delegados ao município e que

962extrapolam o impacto local, principalmente, aqueles que se remete a atividades em
963APPs. Então, também não é um impacto local no meu entender. Isso no País inteiro,
964essa divergência, essa disparidade na delegação de competências, de atribuições,
965aquelas tipologias, que os Conselhos estaduais estão remetendo aos municípios. Nos
966Conselhos municipais, assim como no Conama, nós sabemos que existem conflitos de
967interesses, e que, normalmente, a sociedade ambientalista, as ONGs, tem sempre um
968voto minoritário, e não tem interesse direto, a preocupação sim é com a proteção
969ambiental. Então, fico feliz, e já uma a minha fala que eu tinha preparado, finalizando, é
970que a Sodemap, a Proam e a Mira-Serra do Rio Grande do Sul solicitariam uma criação
971do GT, no âmbito do Conama, para propor diretrizes na aplicação da Lei
972Complementar, visando à segurança técnica e jurídica, bem como evitando as
973disparidades entre os Estados no que tange a licenciamento ambiental. Aí a Abema foi
974bastante citada, que o Hélio é presidente. Eu gostaria muito que não ficasse restrito
975tanto a anuência ou a participação da Abema e da Anamma, mas, sim, a sociedade
976ambientalista, porque a nós cabe a função de fiscalizar, de monitorar, de ter a
977contrapartida nos Conselhos. Então, a participação das ONGs é fundamental, não só
978os órgãos a quem cabe o licenciamento, mas a sociedade está sofrendo, não
979diretamente, mas, indiretamente, pela pressão em cima do meio ambiente. Então, eu
980vou deixar bem clara a posição que as ONGs têm que estar muito presentes nessa
981discussão do licenciamento ambiental. O segundo ponto seria que, a Sodemap, São
982Paulo e a Mira-Serra do Rio Grande do Sul solicitam que o Ministério do Meio Ambiente
983apresente, na próxima reunião do Conama, informe sobre a situação atual dos projetos
984Hidroelétricos transfronteiriços. Estamos com problemas de falta da informação, de
985informações conflitantes, principalmente, em relação ao meu Estado lá que é Garabi e
986Panambi, principalmente, mas essa, no geral, para não ficar bairrista, pegar territórios
987fronteiriços. E também falando agora com o Secretário da Biodiversidade, Cavalcanti,
988que eu sempre digo, falo do bioma Mata Atlântica, hoje de manhã, também eu falei, na
989reunião sobre o conflito existente, eu falei várias vezes aqui nesse plenário, o conflito
990existente entre os mapas do IBGE, dos biomas e da Mata Atlântica que está sendo
991nociva a proteção de bioma, que é o segundo mais ameaçado do planeta. E ele me
992falou que já teria conversado em uma possibilidade de remeter isso para a Câmara
993Técnica de biodiversidade, que eu até não entendi bem, para mim era uma questão do
994IBGE unificar, mas fico que alguém já tenha uma proposta que ele falou agora pouco.
995E, por fim, eu queria responder, ela não está mais ai, a Patrícia, mas ela falou da falta
996da participação, realmente, ontem eu gostaria de ter vindo, só que coincide com a
997agenda do CP/CNEA. Então, ficaria inviável de participar de dois eventos
998simultaneamente, eu gostaria de ter indo ontem, não foi um descaso, principalmente,
999das ONGs, não foi um descaso, é que nós sempre temos agenda no dia anterior.
1000Então, ficou impossível. Obrigada.

1001

1002

1003**O SR WALTER BRUNO GOLDMEIER (CNM)** - Bom dia a todos. Em nome da
1004Confederação Nacional dos Municípios, gostaríamos de saudar à todos os
1005Conselheiros. Trazemos aqui para as plenárias alguns assuntos que são muito caros
1006para nós municípios e que, nesse contexto, precisamos do apoio do Ministério e
1007também da plenária do Conama. Nós, inicialmente, gostaríamos de trazer um assunto

1008que nos desagrada um pouco, mas pedi para o Ministério um apoio no sentido de
1009orientar e, de repente, até criar um programa dentro do ICMBio, de forma que
1010possamos melhorar o relacionamento entre os técnicos do Instituto Chico Mendes com
1011os municípios aonde têm parques nacionais e reservas nacionais. Está havendo uma
1012dificuldade de relacionamento e os prefeitos estão sendo tratados, às vezes, não com
1013todo o respeito que eles merecem. Então, em nome dos prefeitos brasileiros, a CNM
1014gostaria de pedir que, se fosse possível, houvesse um trabalho junto a esses gestores
1015no sentido de que pudéssemos melhorar esse relacionamento. Posteriormente,
1016encaminharemos um ofício para o ICMBio, justamente, já conversei com o Marcelo da
1017ICMBio, no sentido de falar, especificamente, de onde vem essa demanda, mas,
1018conversando com gestores de outros município, nós sabemos que não é só em um
1019lugar, são vários lugares que isso está acontecendo. Gostaríamos também de fazer um
1020comentário sobre a Lei de Resíduos. Nós da CNM solicitamos ao Congresso Nacional,
1021alteração do prazo, assumimos publicamente, só que não queremos, simplesmente,
1022alteração do prazo, queremos alterar o prazo em relação à Lei dos Resíduos, mas
1023também que tem programas em relação a como cumprir o prazo, eu vou especificar
1024porque isso. Não dá para tratar igual o município de São Paulo com o município de
10252.000 habitantes no Norte ou no Sul do País. Então, o prazo, nós pedimos, uma
1026alteração do prazo, mas com programas, para que nós pudéssemos cumpri-lo. Outra
1027coisa que nós gostaríamos de pedir em relação à Lei de Resíduos, em relação à
1028logística reversa, principalmente no tocante as embalagens, nós municípios
1029entendemos que, da logística reversa das embalagens, virá o recurso necessário para
1030nós montarmos as nossas coletas seletivas. E nós gostaríamos que, no acordo setorial,
1031onde isso vai ser abordado, que os municípios fossem incluídos. A terceira coisa que
1032nós gostaríamos de falar em relação aos resíduos é que na Lei de Consórcio houvesse
1033uma alteração sobre a exigência da consulta ao Calc, por quê? Porque hoje tem mais
1034de 600 municípios no Brasil querendo conveniar para fazer consórcios em relação a
1035resíduos, e não pode fazê-lo, porque sempre, se um município estiver no Calc,
1036ninguém convenia. Então, nós gostaríamos que, em relação aos consórcios, houvesse
1037o mesmo tratamento que é dado para as obras do PAC, e que foram usadas para as
1038obras da Copa do Mundo, ou seja, não se consulta o Calc em relação aos consórcios.
1039Gostaríamos também de pedir em relação à Lei Complementar 140, que já foi falado,
1040que houvesse a inclusão da CMM, da Anamma, da Frente Nacional de Prefeitos, da
1041ABM, da Sema, nessa roda de discussão. O movimento municipalista está
1042trabalhando de uma maneira, em unidade. Não é só a Abema que interessa em relação
1043a esse assunto, e aí pessoal, eu só gostaria de lembrar que passo que, em 2012, o
1044Ministério abriu uma pauta, onde seria discutido a Resolução 01 e a 237, nós estamos
1045em 2014, chegando em 2015. Então, nós gostaríamos, como movimento municipalista,
1046de que nós fôssemos incluídos na discussão e não só, depois de estar decidido um
1047termo de referência, nós temos que aceitar ou não aceitar. Então, nós gostaríamos de
1048fazer esse apelo em público aqui de que houvesse a inclusão da Anamma, da CNM, da
1049Frente Nacional de Prefeitos, porque nós somos um dos entes do País, o País tem a
1050União, os Estados e os municípios e, ao que parece, isso tem que ser, pelo menos, nós
1051temos que tentar fazer um exercício para entender isso. Eu sei que alguns não
1052conseguem fazer esse entendimento, acham que município tem que ser tratado como
1053subalterno, e aí eu gostaria de fazer um apelo para Abema, também, em relação às

1054ONGs que nos Conselhos Estaduais, nós, municípios, tivéssemos o mesmo número de
1055participantes dos municípios dos Conselhos Estaduais que tem para a ONG, porque,
1056lamentavelmente, nos Conselhos Estaduais o que está acontecendo é que tem um
1057representante de município na maioria dos Conselhos. Então, nós gostaríamos de fazer
1058esse apelo, que houvesse alteração das Leis Estaduais, onde tem Conselhos
1059Estaduais e o que o número de representantes dos municípios dos Conselhos
1060Estaduais fosse, no mínimo, igual ao número de representantes da ONGs e que nós
1061reconhecemos como legítimo. E, por fim, nós gostaríamos de pedir em relação ao
1062termo de referência que estamos falando para rever a 237, a 369, a 302, a 303 que os
1063municípios fossem incluídos. E pessoal, não sei se vocês se lembram que em várias
1064vezes, na Resolução 369, está escrito que tem atividades de baixo impacto ambiental
1065e, quando foi feito a 369, foi dito o quê lá? Que a definição do que seria considerada
1066atividade de baixo impacto ambiental, caberia aos Conselhos Estaduais. Nada foi feito.
1067Em 2006, pessoal, nós estamos em 2015. Então, assim, quando falamos que todo
1068mundo tem que fazer alguma coisa, todo mundo tem que fazer alguma coisa, e nós
1069municípios estamos sendo muito prejudicados porque essas coisas não são definidas,
1070e nós, como gestores públicos lá na ponta, como secretário municipal, temos que dar
1071uma resposta para um cidadão e não consegue, por quê? Porque as coisas estão
1072travadas, e esse mesmo termo atividades de baixo impacto ambiental também foi
1073incluído na Lei Florestal Federal, a 12651 dizendo lá que essas atividades seriam
1074definidas pelo Conama e pelos Conselhos Estaduais. Então, eu venho à tribuna
1075também fazer esse apelo, já que querem criar tanto grupo de trabalho, que cria um
1076grupo de trabalho para estudarmos o que é considerar atividade de baixo impacto
1077ambiental, porque isto é necessário. E, por fim, agradecer, muitos receberam ou
1078pegaram essa publicação não é? Indicadores de desenvolvimento brasileiro, muito bem
1079feito, magnífico, pergunto depois, se todo mundo coloca os olhos aqui e vê se tem a
1080palavra "meio ambiente e sustentabilidade". Obrigado.

1081

1082

1083**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Nós vamos passar
1084agora para o Roberto do Movimento dos Catadores. Eu queria só pedir para o Waltemir
1085encaminha, se puder, esses tópicos, e têm alguns pontos aí que são mais precisos.
1086Roni pode ir junto, vão o dueto. Mas, Waltemir encaminhe por escrito porque nós
1087precisamos recuperar essas informações. Roni e Roberto dá uma boa dupla.

1088

1089

1090**O SR. ROBERTO LAUREANO DA ROCHA (MNCR)** - Bom-dia a todos e a todas. Em
1091nome do Movimento Nacional dos Catadores, em nome dos 85 mil catadores filiados
1092ao movimento, em nome dos mais de 1 milhão de catadores espalhados por esses
1093Brasil. Nós agradecemos a nossa entrada e a sensibilidade desse Conselho para
1094nossa entrada enquanto catadores de materiais recicláveis na participação desse
1095Conselho muito importante para discutir, na verdade, as questões ambientais que
1096tange no ponto de vista da política nacional, inclusive, da Política Nacional de
1097Resíduos, onde os catadores fazem parte da política nacional. E, dentro dessa agenda,
1098nós trazemos aí vários aspectos aí importantes para nós, que nós queremos estar
1099discutindo as Câmaras Técnicas, discutindo aí com os nossos Conselheiros e

1100Conselheiras. Uma delas, na verdade, é a questão dos prazos dos planos de resíduos,
1101dos prazos e dos cumprimento, eu acho que foi uma coisa que nós conversamos,
1102inclusive, que nós gostaríamos muito, na verdade, que isso pudesse ser reforçado nos
1103municípios, os municípios que já realizaram estão de parabéns ,que isso, de fato,
1104possa ser cumprido e, de fato, se ter uma análise da verdade, se esses planos também
1105foram feitos construídos da forma legítima, como se rege para a construção de um
1106plano, com a participação popular. Os cumprimentos daqueles que já fizeram, e esses
1107cumprimentos, na verdade, de forma que possam incluir, de fato, os catadores de
1108materiais recicláveis na ponta. E que, mais uma vez, assim, como colocamos para a
1109Ministra, colocamos novamente aqui o apelo para que os prazos sejam cumpridos. Nós
1110defendemos, na verdade, que os prazos dos municípios sejam cumpridos e que essa
1111reunião que vai acontecer amanhã com os promotores públicos, ela possa realmente
1112equacionar essa questão de forma que não rompa a questão dos prazos, e sim que
1113exista o compromisso, de fato, com os municípios para que, de fato, haja solução na
1114ponta. Outra questão que nós, a nossa grande preocupação dessa nossa agenda
1115também, é a grande solução que muitos acham que é uma solução emergencial que
1116nós catadores temos muito preocupação, que é a questão dos incineradores. A
1117questão de querer queimar os recicláveis para fazer biogestão, para fazer processo de
1118eletricidade, enfim. A questão para nós de incineração também é uma grande
1119preocupação, e gostaríamos muito, na verdade, que hierarquia da política nacional
1120possa acontecer, que é reciclar, reduzir e o reutilizar, e, por último, pensar em
1121tecnologias, e as tecnologias últimas não está claro porque nós também não temos
1122claro o que é o rejeito aqui no Brasil. Um outro ponto importante também é educação
1123ambiental, não adianta falarmos, na verdade, de coleta seletiva, falarmos da
1124implementação de programas de coleta seletivas, sem, realmente, existir um programa,
1125de fato, de educação ambiental, com inclusão, inclusive, dos catadores nesse processo
1126que historicamente a mais de 50 anos desenvolvem esse processo. E, no ponto de
1127vista da logística reversa, nós defendemos que, na verdade, o processo da logística
1128reversa, os recursos da logística reversa possam ir para organização do trabalho dos
1129catadores, sendo que os municípios já tem sua responsabilidade na ponta para
1130desenvolver seus programas de coleta seletiva e a logística reversa vai diretamente
1131para organização dos catadores, para os trabalhos dos catadores. E, por fim, nós
1132temos, na verdade, todo esse processo dentro de uma grande política que nós estamos
1133construindo agora, que é a reciclagem popular, que, em breve, na nossa próxima
1134reunião, nós vamos trazer ela para ser protocolada para avaliação, para análise desse
1135Conselho, e para a análise da Ministra. Passar um pouco a palavra para o Rony.

1136

1137

1138**O SR. RONY ALVES (MNCR)** - Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer a
1139oportunidade. O Roberto falou bastante das ações que o movimento tem lutado como
1140bandeira e dizer que nós, movimento, nós estamos vindo aqui não para confrontar
1141qualquer entidade ou qualquer setor econômico e público. Na realidade, nossas vemos
1142como ator que quer somar forças, nós queremos nos unir com os prefeitos, na
1143realidade, não tem como nós implantarmos as cooperativas e associações e
1144encerrarmos os lixões a céu aberto que temos nesse País sem o apoio dos prefeitos.
1145Nós precisamos sentar e integrar as ações. Existem vários recursos do Governo

1146Federal para implantação da coleta seletiva, a exemplo do que aconteceu no Distrito
1147Federal. Agora, o fato é que é necessária vontade política, sem vontade política as
1148coisas não acontecem. Existe o Plano Nacional da Meio Ambiente desde 1980 que
1149obriga a erradicação dos lixões nesse País. A Política Nacional de Resíduos não vem
1150como objetivo fechar lixão. Ela vem como objetivo fazer uma sistematização da limpeza
1151pública, fazer com que tenhamos uma coleta seletiva. Ela traz lá nos seus objetivos a
1152não produção, a redução, a reutilização, a reciclagem e, por fim, a destinação
1153ambientalmente correta dos Resíduos. Não é simplesmente fechar lixão, na realidade,
1154estão dando outra conotação para a 12.305, que é apenas encerrar a atividade no
1155lixão. E isso, sem que todas as outras questões sejam, efetivamente, tocadas da forma
1156correta, não existe como encerrar lixão sem coleta seletiva, sem aterro sanitário, sem a
1157inclusão do socioproductiva dos catadores. Na Política Nacional de Resíduos, se trata
115816 vezes, se fala 16 vezes de catadores de material reciclável, e isso não está lá por
1159acaso. Vocês não estão vendo catador de material reciclável indo para a rua quebrar o
1160pau. Na realidade, nós temos tentado buscar com políticas públicas, e nos incluir com a
1161política pública. Então, nós participamos da 12.305 e esse é um dos fatos que tem a
1162questão do catador na lei, a 11.445 e todas as outras políticas públicas, de inclusão
1163socioproductiva de catadores de materiais recicláveis. Nós vimos para cá agora como
1164mais um ator e no intuito de buscar esse processo de inclusão e de reconhecimento de
1165vocês, como um agente produtivo, e um agente que tenha uma ação importante na
1166questão do meio ambiente nesse País. Era isso, muito obrigado. *(Palmas!)*.

1167

1168

1169**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Obrigado, Rony.
1170Mônica, por favor.

1171

1172

1173**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS) -** Bom-dia a todos e todas.
1174Gostaria de me apresentar porque a primeira vez que a Saúde toma a palavra nesse
1175Conselho esse ano, eu sou Mônica fragoso, eu sou representante do Ministério da
1176Saúde aqui no Conama. E eu vou ser breve atendendo a solicitação ali do nosso
1177presidente em função do almoço. Eu só queria ratificar a posição de que a Apromac
1178trouxe referente aos padrões da qualidade do ar adotados pela OMS e dizer, se nossos
1179colegas foram ao site do Grupo de Trabalho, encontrará lá algumas posições
1180levantadas pelo Ministério da Saúde e apoiadas por ele e que nós ficamos muito
1181satisfeitos com a fala da Ministra, e iremos cobrar que ficaremos atentos e
1182marcaremos, tão logo que seja possível, um encontro entre a Saúde e o Meio Ambiente
1183que essa conversa possa ser mais aprofundada e tomada não só por esses dois
1184setores do Governo Federal, mas pelos outros setores que estão envolvidos nesse
1185processo. Obrigada. Era somente isso que eu queria colocar.

1186

1187

1188**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Obrigada, Mônica.
1189Zuleica

1190

1191

1192 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Bom-dia. Zuleica Nycz da Apromac da região
1193 Sul do Brasil. Eu venho aqui em nome da Comissão Permanente do Cadastro Nacional
1194 das Entidades, CNEA, que fez uma reunião ontem, e nós elaboramos um ofício que
1195 gostaríamos de entregar à mesa, já que é tão simples essa questão, eu só gostaria
1196 agradecer as palavras do Rony e Roberto pela questão da incineração e do lixo, da
1197 separação etc., porque eu trabalho muito na área dos resíduos perigosos. Então, nós
1198 podemos somar forças, nós temos as mesmas convicções e os mesmos
1199 posicionamentos em relação à incineração. Nós não queremos que nenhum resíduo
1200 perigoso vai parar nos aterros, nos lixões que, seja como for, porque isso vai impactar
1201 diretamente as pessoas que trabalham lá e o meio ambiente, e a fauna, flora, os
1202 sistemas hídricos etc. Então, a minha luta aqui pessoal, junto como membro da
1203 Comissão Nacional de Segurança Química representando à Sociedade civil, tem sido
1204 que nós consigamos regulamentar a logística reversa de vários resíduos perigosos
1205 para que os importadores e fabricantes no Brasil passem a assumir a responsabilidade
1206 da gestão desses resíduos, para que isso realmente, como parte fundamental do
1207 processo de colocarmos a casa em ordem. Sempre pensando claro que temos que
1208 minimizar o uso de substâncias tóxicas nos produtos que são levados a consumo. E,
1209 portanto, protegendo os trabalhadores das fábricas. Então, tem toda uma cadeia lá
1210 atrás antes da chegar ao resíduo, que nós temos que cuidar também. A respeito da
1211 decisão da Comissão permanente do cadastro CNEA, ele se refere, nós estamos
1212 requerendo, Dr. Gaetani, basicamente que todas as reuniões do Conama passem a ser
1213 transcritas, que as transcrições das reuniões sejam disponibilizadas nos sites, em
1214 todas as pautas das reuniões porque isso é uma forma de garantir um mínimo
1215 equilíbrio da participação democrática do conhecimento do público, de tudo que está
1216 sendo discutido e, de certa forma, dá também o apoio para que aquela nossa antiga
1217 reivindicação de que a voz da sociedade tenha, também, um peso significativo na
1218 tomada de decisões deste Conselho. Então, nós entendemos que um dos pontos
1219 fundamentais da democracia, até porque já está em lei, é o direito à informação. Nós
1220 temos visto vários grupos de trabalho que buscamos informações e não temos sequer,
1221 às vezes, o relato. Então, nós entendemos que as transcrições são fundamentais para
1222 que um novo Conselheiro, por exemplo, vamos supor o Rony e o Roberto acabaram de
1223 chegar e vão fazer parte de um Grupo de Trabalho que já está em andamento, como é
1224 que eles vão tomar conhecimento de todas as discussões que já houve naquele grupo.
1225 Vamos supor o grupo teve cinco reuniões, vocês vão ter que estudar o que foi
1226 discutido, quem era quem, quem disse o que para vocês se posicionarem e chegarem
1227 preparados na reunião. E nós não temos visto isso em grupos importantes, inclusive o
1228 Grupo de Qualidade do Ar, que o Bocuhy acabou de mencionar, e outros. É por isso
1229 que nós estamos requerendo. E nós vamos entregar a mesa um ofício assinado pelos
1230 conselheiros que participaram tem ontem na reunião do CNEA. Obrigada.

1231

1232

1233 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Só para esclarecer.
1234 Eu estou vendo que todas estão disponíveis no site, todas as transcrições. Todas as
1235 plenárias, todas as reuniões e comissões. Bom, vamos em frente.

1236

1237

1238 **O SR. MARCELO MARCELINO (ICMBio)** – Bom dia a todos. Obrigado, presidente.
1239 Sobre o registro feito pelo Conselheiro, representantes dos municípios, eu só queria
1240 frisar que nós recepcionamos com preocupação esse registro e que, sem prejuízo de
1241 qualquer medida, a medida orientativa mais geral, que precisamos conhecer esses
1242 casos específicos que motivaram o registro, é importante conhecê-los, para que
1243 possamos dar a eles a atenção devida. Então, eu reforço ao colega um pedido de que
1244 seja oficiado o Instituto Chico Mendes, a respeito desses casos específico. Muito
1245 obrigado.

1246

1247

1248 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Miguel...

1249

1250

1251 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS AMAZÔNIA)** – Bom dia, senhoras e senhores. Eu
1252 sou Miguel Scarcello. Estou representando a SOS Amazônia. Eu venho de novo aqui
1253 nessa tribuna livre pautar alguns itens, e, hoje, já fico um pouco mais animado pela fala
1254 da Ministra. E nós não combinamos os temas e nem apresentei antecipadamente o que
1255 vou falar agora, mas, em certa parte, já me sinto contemplado. Pauto, inicialmente,
1256 uma das competências desse Conselho, citadas no art. 7º, item 13, do Decreto 3.942,
1257 que é: avaliar a implementação e execução da Política Ambiental do País. Visto que,
1258 praticamente, isso foi abandonado, ao menos nos períodos em que fiz parte deste
1259 Colegiado. Eu menciono isso, pois o bloco das Organizações da Sociedade Civil cobra
1260 isso há quase 2 anos. Como não fomos ouvidos, pergunto a Srª. Ministra, ao Sr.
1261 Secretário do Ministério, Dr. Gaetani. Por que não avaliar a implementação das
1262 políticas? Então, a Ministra já me deu um indicativo de que teremos isso na próxima
1263 Reunião. Ou, então, qual é a dificuldade para se fazer isso nesse Colegiado? Da parte
1264 das Organizações da Sociedade Civil, em Reunião do Cipam, em dezembro de 2012,
1265 apresentamos propostas, mas, foi como entregar um papel em branco, não teve
1266 retorno. Acredito que, se ao não menos tivéssemos definido, aqui nesse Plenário, quais
1267 são as políticas a serem avaliadas e o calendário para avaliar a implementação, com
1268 certeza, hoje, poderíamos fornecer elementos para a sociedade tomar conhecimento,
1269 já que, em outubro, irá para as urnas votar. Para não ser parcial e tendencioso,
1270 reconheço que o Ministério assinou com essa intenção, de avaliar as políticas, ao
1271 apresentar nesse Plenário a implementação de algumas, porém a maneira como isso é
1272 feito, significou apenas uma exposição. A exemplo da Política Nacional de Resíduos
1273 Sólidos, acredito que se tivéssemos prazos suficientes para avaliar a implementação
1274 ou criado um mecanismo de monitoramento, provavelmente teríamos a oportunidade
1275 de detectar impossibilidade ou baixo esforço de, quase, 3.500 prefeituras que não
1276 implantaram os aterros sanitários e as políticas de envolvimento dos catadores no
1277 prazo estabelecido em 2010. E, hoje, poderíamos estar aqui, além de parabenizar o
1278 Ministério, reiterando procedimentos ou apresentando alternativas para superar as
1279 omissões e/ou dificuldades, que tenham acontecido nesses municípios. O segundo
1280 ponto que quero pautar são as Unidades de Conservação, isso aqui eu trago sempre
1281 nas minhas falas, persisto nesse assunto, pois no art. 7º, do Decreto 3.942,
1282 especificamente no Item 10, está estabelecido que uma das competências do Conama
1283 é acompanhar a implementação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação,

1284conforme disposto no inciso I do art. 6º da Lei 9.985 de 2000. Isto não acontece nesse
1285Conselho. Como ficar distante da reflexão e análise contínua da gestão de quase 15%
1286do território nacional? Sabemos que a baixa efetividade da gestão é consequência do
1287baixo envolvimento das populações com as unidades de conservação, e isso dificulta, e
1288agora, também, dos próprios municípios, como nós vimos aqui há pouco. E isso
1289dificulta a proteção e acesso das famílias a outras Políticas Públicas. Os fatores já
1290foram mapeados e têm sido acompanhados por estudo, que pode ser visto no site do
1291ICMBio. Entretanto, a instituição se tranca e não apresenta uma ação inovadora no
1292sentido de envolver a sociedade neste processo. Não basta Conselho Gestor, isso é
1293insuficiente, para a gestão das Unidades de Conservação, basta vermos a
1294implementação do SNUC. Queria que alguém se manifestasse, aqui, levante a mão, o
1295Conselheiro que conhece, nos seus Estados, Unidade de Conservação de Proteção
1296Integral que tenha assinado o termo de compromisso, com as famílias residentes.
1297Levantar a mão, também, aquele que sabe, que vivencia isso, que indica que tenha
1298havido um termo de parceria assinado por um gestor de Unidade de Conservação, no
1299caso ICMBio, ou gestor estadual, com alguma Oscip para realizarem gestão
1300compartilhada. Pergunto, Srª. Ministra, por que o ICMBio não apresenta o que pensa e
1301o que planeja fazer para implementar essas duas determinações do SNUC? Ou seja, o
1302que pretende fazer ou o que foi realizado para implementar esta política? No caso dos
1303termos de compromisso e dos termos de parceria, se não tentar experimentar, nunca
1304vai saber se é viável. Já são 12 anos de lei regulamentada, quantos mais serão
1305necessários para implementar esses itens para a política? Ou eles não têm utilidade?
1306Já vi, aqui, que o caminho foi as parcerias públicas, as PPPs, não é? Que não estava
1307na lei do SNUC. Mas, esse foi um bom caminho, levaram-se 3 anos. Por que não sei
1308levaram 3 anos se debruçando na viabilidade desses itens no SNUC? O que,
1309judicialmente, falta para se colocar em prática isso? O preciosismo de querer ter um
1310modelo ideal, sem ter tido a prática, acaba impedindo o surgimento de novos parceiros
1311e outras oportunidades na captação de recursos. E a respeito de recursos, informo que,
1312apesar dos esforços do Sr. Marcelo Marcelino, representante do ICMBio aqui nesse
1313Colegiado, e da intervenção do Presidente, Roberto Vizentin, a Emenda Parlamentar,
1314aprovada pelo deputado acreano, Taumaturgo Lima, no valor de 200mil reais, para
1315apoiar a proteção de desova de quelônios nas praias do rio Juruá, no Acre,
1316empenhadas em agosto de 2013, sobre a qual eu falei na minha última participação
1317nesse Plenário, infelizmente não pôde ser executada, devido a dificuldades
1318administrativas do ICMBio, ou seja, mais um ano, deixamos de apoiar famílias
1319agroextrativistas, residentes do Parque Nacional da Serra do Divisor, e praias vizinhas,
1320e que não recebem o Bolsa Verde, a fazer um serviço ambiental importantíssimo.
1321Incluo aqui, também, como um tema importante, para as Unidades de Conservação os
1322apoios capitados, visando o incremento das cadeias de valor de produtos
1323agroextrativistas. Porém, infelizmente, é inoperância dos promotores é enorme. Neste
1324caso, o fato tem origem no Fundo Amazônia. Recursos doados pelo Governo da
1325Noruega, gerenciados pelo BNDES, para proteção da Floresta Amazônica, não
1326chegam na ponta. Há quase 2 anos, após anunciado o resultado dos projetos
1327aprovados em um dos editais, o banco não consegue ter a agilidade suficiente para
1328assinar os contratos e dar início à execução. Nenhuma explicação é dada a esta
1329demora. Aproveito a tribuna e reitero o pedido da Ministra que verifique o que está

1330acontecendo, e nos dê alguma explicação. Já fiz isso na fala passada. As comunidades
1331a serem beneficiadas não entendem a demora e, cada vez mais, desacreditam que os
1332caminhos da conservação possam lhes trazer benefício social e econômico. A
1333tendência é que a política eficiente dos créditos do PRONAF facilite e, com isso, se
1334amplie o plantio de chifre, e essa seja a grande alternativa, a difícil valoração da cadeia
1335dos produtos florestais não madeireiros. Quero, com esse comunicado, retornar a
1336minha insistente posição do discutirmos as políticas, precisamos fazer isso, para
1337encontrarmos os erros e entraves que gestor público enfrenta, e colaborar na indicação
1338e novos caminhos. Não fazendo isso, dá-se espaço para que as desafetações
1339aconteçam nas Unidades de Conservação, sem o mínimo de cerimônia, ou então, para
1340que nossos representantes, no Congresso, sem terem clareza e verem resultados
1341efetivos com as Unidades de Conservação, partam para mudar a Legislação, mais
1342interessados com os benefícios econômicos do que com a conservação ambiental.
1343Quero finalizar fazendo dois últimos destaques, lamentar o falecimento de dois grandes
1344brasileiros, primeiro, o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que poderia
1345ser, junto, com Senadora Marina Silva, um indicativo de novos ares e grandes
1346mudanças que o País precisa vivenciar para dar continuidade as melhorias de
1347condições de vida da população e, quem sabe, retornar as grandes bandeiras de
1348conservação, que vem sendo represadas há muitos anos. E em segundo lugar, o
1349grande ambientalista Almirante Ibsen Câmara, grande incentivador e defensor das
1350Unidades de Conservação e, também, pioneiro na proteção das baleias e da
1351biodiversidade. Dele, quero lembrar algumas palavras que extrai do site do Ministério e
1352que tem muito a nos dizer, e que, espero, faça cada um de nós refletirmos sobre o
1353nosso papel para conservação e desenvolvimento do País. Disse o Almirante, a
1354respeito de haver mais pessoas conscientes sobre a importância da proteção
1355ambiental: “As pessoas tomam consciência que estamos fazendo uma devastação,
1356mas nossa força não é suficiente para represar isso”. Continuando, na opinião dele,
1357desenvolvimento e sustentabilidade, ainda, são incompatíveis, dizia ele: “Uso
1358sustentável para mim é brincadeira, nada mais é que refrear um pouco o ritmo de
1359destruição. Isso não satisfaz”. Para ele, ainda, sem as atuais Unidades de
1360Conservação, não iria sobrar nada para conservar no País. Por isso, defendia que
1361Brasil precisa criar ainda mais áreas protegidas, mesmo reconhecendo a dificuldade de
1362resguardá-las e proteger a sua biodiversidade, sem contar a pressão violenta do setor
1363agrícola contra a conservação. Sobre a eminente exploração, finalizando, em larga
1364escala do petróleo, na camada do Pré-Sal, motivo de grande preocupação, ele,
1365também, manifestou: “Meu grande receio é que haja um vazamento na camada Pré-Sal
1366e seja incontrolável. No golfo do México, a 1.500 metros de profundidade, levou-se
1367muito tempo para controlar. Nós vamos conseguir controlar 7 mil metros? Tenho receio
1368disso. É preciso o máximo de cautela”. Muito obrigado. (*Palmas!*).

1369

1370

1371**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Obrigado, Miguel. Por
1372favor. Vamos ver, se na reunião de novembro, nós não temos que ouvir, de novo, o que
1373você está sem resposta. Direito de resposta, Marcelino, jogo rápido.

1374

1375

1376 **SR. MARCELO MARCELINO (ICMBio)** – Seria impossível apresentar alguma
1377 resposta, a todo esse conjunto de situações, que o Miguel trouxe. É possível nós
1378 fazermos uma apresentação na próxima reunião, mas eu não sei nem se isso seria
1379 suficiente, talvez seja o caso de um debate. Um seminário, algo assim, que fosse
1380 interessante discutirmos isso, apesar de termos experiências, por exemplo, como
1381 você citou, a falta de experiência com gestão compartilhada, temos uma, sim, exitosa,
1382 com a Fundação Americana, que gerencia, de forma compartilhada, conosco, o Parque
1383 da Serra da Capivara. Mas, por que isso não se estende? Então, é interessante esse
1384 debate, sim, é bem-vindo o debate. Só precisava esclarecer um ponto que o Miguel
1385 citou a questão com relação ao convênio a ser firmado para poder efetivar a Emenda
1386 Parlamentar, que foi uma coisa que, eu, pessoalmente, puxei para mim, para resolver,
1387 mas a questão não é uma questão burocrática do Instituto. Nós esbarramos em duas
1388 situações, uma que, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias não trouxe, na lei, que a
1389 Emenda seria para a Fundação SOS Amazônica, isso nos obriga a fazer uma seleção
1390 pública para poder esse recurso ser implementado, isso é uma questão legal que fugiu
1391 a coisa... Embora, o deputado tenha colocado na sua Emenda, isso não se refletiu na
1392 Lei, então, não temos essa obrigação. Foi essa situação que esbarrou na jurídica e,
1393 também, nós esbarramos com o período eleitoral, que nós não podemos fazer essa
1394 seleção enquanto ocorrer o período eleitoral. Então, tão logo o período eleitoral
1395 termine, será feita a seleção e, provavelmente, a SOS queira participar, e nós
1396 esperamos que ela possa, de fato, ser selecionada. O recurso está empenhado, está
1397 garantido, e nós temos a expectativa de que, antes do final do ano, logo assim que
1398 termine as eleições, nós podemos fechar isso. E eu resto no compromisso de continuar
1399 na peleja, na briga para que essa emenda possa ser efetivada. Muito obrigado.

1400

1401

1402 **O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma)** – Bom dia a todos e a todas. Eu falo
1403 aqui em nome da Anamma, Associação Nacional de Organismos Municipais de Meio
1404 Ambiente. Saudando todos os representantes dos Estados, da Sociedade Civil, dos
1405 Ministérios nessa nossa luta de tornarmos, cada vez mais, o Conama uma expressão
1406 de debate e resolução. Gostaria, Sr. Secretário, Francisco Gaetani, João Paulo, que
1407 saúdo a vinda, a Dr^a. Adriana, no sentido de que, nós gostaríamos, também, aceitamos
1408 o repto da Ministra, e vamos constituir o grupo da Anamma, representando cada região
1409 brasileira para, em novembro, apresentar um documento junto com a Abema. E, aqui,
1410 faço um apelo a Abema, para um trabalho maior, não só com a Anamma, mas com as
1411 associações dos municípios. Toda a realidade meio ambiente no Brasil acontece em
1412 um município, acontece na cidade, a questão ambiental, hoje, brasileira, não é mais só
1413 florestal, é urbana, e sempre o município fica de lado. Por isso, nós apelamos no
1414 sentido de uma Reunião da Comissão Tripartite Nacional, e a Constituição das
1415 Comissões tripartites dos Estados, Ibama, a Secretaria Estadual e um Órgão Municipal
1416 representativo no Estado. Infelizmente, nós temos nos Estados, quem participa, às
1417 vezes, de um Conselho Estadual, alguém que cria um fórum, uma pessoa que está lá
1418 há muito tempo e não dá dinamismo à representação. Então, nós não queremos
1419 representação única para a Anamma, se bem que na área de meio ambiente, nós
1420 somos a entidade mais expressiva, no nível de município, mas nós estamos, sempre,
1421 trabalhando com a ACNM, com a ABM, e com a Frente Nacional, e agora com a Semar

1422e com a ABES. Inclusive, Sr. Secretário, faço um apelo aqui e um apelo ao Dr. Ney
1423Maranhão, à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano de que o
1424resultado do Grupo de Trabalho sobre logística reversa, sobre embalagem em geral,
1425seja levado em conta à participação do Município. 30% dos resíduos sólidos na cidade
1426advêm das embalagens e, muitas vezes, o município não tem a mínima participação na
1427logística reversa, não só essa. Vejo que nós temos aí a questão dos eletros eletrônicos,
1428ou seja, o município arca com toda a pressão, para ter uma cidade mais limpa, de ter
1429um processo de reciclagem, e aqui quero parabenizar a Ministra e ao Ministério do
1430Meio Ambiente, a Secretaria Geral da Presidência, de ter incluído, e faço um apelo, ao
1431Movimento Nacional de Catadores, que é um novo movimento nos horizontes do Brasil,
1432com o dinamismo que ele sempre teve. Mas faço um apelo, inclusive, que esse
1433movimento possa se expressar, também, nos Estados, de participar dos Conselhos
1434Estaduais, dos Conselhos Municipais. Porque assim, nós construímos a democracia, a
1435participação maior, que se faz através da eleição que vamos ter agora da frente, mas,
1436também, que se faz através dos Movimentos Sociais, dos Conselhos, das
1437Conferências. E abro um parêntese, aqui, Sr. Secretário, pedindo o relatório da nossa
14384ª Conferência, a maior Conferência do Brasil, até hoje, a Anamma não recebeu o
1439relatório de Conferência, que é muito importante para fazermos, inclusive, a chamada:
1440Conferência Reversa, de voltar a Conferência Nacional para os Estados e para o
1441município. E nós, em Goiânia, fizemos a Conferência Municipal Reversa, ou seja, a
1442partir dos delegados de Goiás e de Goiânia, nós fizemos um debate das conclusões,
1443mas, até hoje, nós não temos acesso a esse documento. Eu acho importante que as
1444entidades tenham acesso. Como, eu faço um apelo, também, ao Ministério do Meio
1445Ambiente para olhar o andamento das Resoluções da 4ª Conferência Rio+20, dos
1446objetivos de desenvolvimento sustentável. Há uma... Nós vamos preparar um Grupo de
1447Trabalho e vamos procurar a Abema, mas nós vamos elaborar este trabalho e vamos
1448estar na próxima reunião do Conama com o documento para abrilhantar ainda mais.
1449Mas, antes, há uma série de reclamações de acesso que Conama, as Câmaras
1450Técnicas, enfim, as Resoluções possam permitir, as questões das Resoluções 301,
1451303, 369, que, inclusive, interferiram muito na Lei 12.651, muitos dos pareceres não
1452surgem para um acesso para avaliar tudo isso. Nós precisamos fortalecer o SISNAMA
1453no sentido de que ele torne, realmente, um serviço de informação, ou, também, do
1454SINIR na área de resíduos sólidos. Então, o apelo no sentido de que a nossa reunião
1455pré-Conama seja uma reunião maior e com o acesso aos dados, para quando nós
1456viermos, para esse Plenário, cada um, com o seu interesse, e esperando que sempre o
1457interesse público esteja à frente de outros aí, possamos ter posicionamentos a favor ou
1458contra das resoluções do Conama com critério, com abertura. E aproveito aqui a
1459presença da Drª. Zilda, que é a nossa diretora da Secretaria Nacional para o apelo ao
1460Dr. Ney Maranhão, no sentido de que o Grupo de Trabalho, feito com a Semars, as
1461Entidades Municipais, a Anamma e a ABES, possam, aquele Grupo de Trabalho, ser
1462levado em conta o resultado de que nós queremos participar da logística reversa da
1463questão das embalagens, e outra, a questão básica no município. Então, a Anamma
1464pede que o acesso aos pareceres, acesso maior aquilo que se discute para nós termos
1465posicionamento, mesmo sabendo que, às vezes, nós somos a favor ou contra, mas,
1466para ajudar a compreensão maior, que é esse... Foi feito um Seminário, mas nós
1467precisamos de mais acesso. E faço mais uma vez a proposta de que a reunião do pré-

1468Conama em que, se houve em um espaço de tempo, às vezes, maior, às vezes menor,
1469mas que se dê, como nesse, que vai se fazer, no final de novembro, não sei qual é a
1470data, que se possa ter uma amplitude da participação da Anamma, ou da Abema, ou
1471das Organizações da Sociedade Civil, ou do empresariado, ou dos Órgãos do Governo
1472para que possamos, cada vez mais, engrandecer a própria atuação do Conama
1473Nacional. O outro ponto, faço um apelo para a Reunião, a Ministra já tinha assumido
1474aqui, Sr. Secretário, a questão da Comissão Tripartite de uma outra Reunião, para nós
1475avançarmos na questão das tipologias, não só para os Conselhos Estaduais, mas,
1476também, para participação dos Municípios. A questão básica, também, quero
1477parabenizar o Ministério Público Nacional pela Reunião que vai ser realizada amanhã e
1478depois, em Porto Alegre, para discutir essa questão do resíduo sólido, que está no
1479limbo, ninguém sabe se vai prorrogar, não vai.

1480

1481

1482**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Não, não vai
1483prorrogar. Agora, Pedro, por favor...

1484

1485

1486**O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma) –** Então, o dado que eu faço aí, e
1487nós vamos estar lá presente. E, por fim, Sr. Secretário, gostaria de dizer dessa
1488dinâmica de também ter a informação antecipada. Se nós vamos ter o Seminário antes
1489da reunião do Conama, que nós possamos ter esse dia, ou mais de um dia, ou um
1490Seminário, para discutir, e a Anamma vai apresentar um documento para a discussão
1491interna na Anamma e, depois, nesse seminário, e a participação, o apelo de que os
1492Conselhos Estaduais levem em conta a participação dos Órgãos Municipais na sua
1493Constituição, como o Conama fez, que tem 5 representantes da Anamma, e nós não
1494temos representação nos Estados e as coisas passam no Estado maior, do que nos
1495Municípios. Muito obrigado.

1496

1497

1498**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Obrigado, Pedro.
1499Bom, vamos dar sequência ao nosso trabalho, então, chamaria o Marcelo Marcelino,
1500para tratar do Processo 02.000.000.480 de 2014-48.

1501

1502

1503**O SR. MARCELO MARCELINO (ICMBio) –** Só um informe, Sr. Presidente, esse
1504Processo, ele corre em regime de urgência, ele foi pautado em duas Câmaras
1505Técnicas, a Câmara de Controle Ambiental e a Câmara de Biodiversidade. Ocorre que,
1506no momento em que nós fomos estudar a Proposta de Resolução, nós percebemos
1507que a Proposta, ela extrapolava, ela ultrapassava em muitos limites da Lei 12.725 e
1508todos os dispositivos da proposta estavam contaminados com esse viés. Então, não
1509era possível submetermos a proposta à Câmara Técnica e tentarmos corrigir essa
1510situação nas Câmaras Técnicas. Então, foi proposto que retirasse de pauta para que
1511nós pudéssemos apresentar um substitutivo, esse sim, agora, observando,
1512rigorosamente, a Legislação. Esse substitutivo está pronto, amanhã teremos uma
1513última Reunião com o Ministério da Defesa, quando esperamos já entregarmos ao

1514Conama. Ele vai observar, rigorosamente, a Lei 12.725, a Lei de Crimes Ambientais e a
1515Lei Complementar 140. Nós temos uma reunião, já pautada, nos dias 2 e 3 de
1516setembro, com a Câmara Técnica de Biodiversidade e vamos tentar correr, conforme o
1517regime de urgência pede, para ver se é possível, para a próxima reunião em novembro,
1518termos a proposta de Resolução. Mas era só esse informe que eu queria fazer, e eu
1519fico a disposição dos colegas da Câmara Técnica de Biodiversidade, que se quiserem
1520algum esclarecimento adicional, fica a disposição deles, mas era isso.

1521

1522

1523**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Muito obrigado,
1524Marcelino. O ponto seguinte relacionado à questão de requerimento de urgência...

1525Perdão... Patrícia? Sim, do que se trata?

1526

1527

1528**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – É só para deixar aqui,
1529Marcelino, que eu lembro que nós estávamos na Câmara, quando foi pedido a retirada
1530da Câmara para jogar para Câmara Diversidade, que houve um compromisso de que
1531se aqui, a CNT seria convidada a participar desses trabalhos, e nós não recebemos
1532nenhum convite, nem antes e nem agora, para o dia 2 e 3 de setembro.

1533

1534

1535**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Tadeu, no mesmo
1536assunto também?

1537

1538

1539**O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** - A Câmara de Controle Ambiental,
1540também, nós já... Quando a apresentação da proposta, nós comentamos sobre a
1541palavra nociva. No nosso entender, nocivo é o homem e não uma ave. A forma como
1542está colocada é muito desconfortável para a leitura, porque o homem, o espaço,
1543geralmente nos aeroportos, são áreas... Unidades de Conservação, áreas de
1544vegetação e, daí, o nocivo é o homem, é a ação antrópica. Eu acho que tem que ser
1545revisto... Porque a palavra está muito inadequada nessa colocação.

1546

1547

1548**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Eu estou
1549conversando, aqui, com o João Paulo, existe uma prática nossa, no Ministério de, ao
1550colocar as coisas nos sites, entender, então, que os convites estão feitos, isso vai
1551mudar. Nós vamos fazer os convites direcionados, está no site, mas vamos enviar para
1552você também os convites. Bom, Mônica, eu estou com uma dúvida, há um
1553entendimento que estaria retirado o requerimento de urgência? Então, não há mais o
1554requerimento de urgência em relação ao assunto envolvendo Bifenilas Policloradas. Vai
1555ser tratado nos ritos adicionais. Perfeito. Muito obrigado. Nós temos a Resolução,
1556vamos para as nossas resoluções, então... 02.000.002.337/2013-18, que trata da
1557proposta de Resolução da Resolução Conama 334/03, que dispõe sobre os
1558procedimentos de licenciamento ambiental referentes ao recebimento de embalagens

1559 vazias de agrotóxicos. O proponente é a CNI, nós vamos ter, aí, as manifestações do
1560 Márcio Freitas, da Presidente da Câmara, da CNI, o Marcos Torres, por favor.

1561

1562

1563 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – O Marcos Torres
1564 é o Presidente da Câmara, de início, na verdade, dessa proposta de Resolução. A
1565 proposição foi feita pela CNI. E a CNI acredito que teve, em todas as reuniões que
1566 foram feitas, a palavra foi passada para o inpEV, específico, também, está presente,
1567 aqui. Então, se o Márcio tiver alguma coisa para falar sobre histórico, se não tiver, nós
1568 passamos já para outro proponente, que é a CNI, e se ele passa a palavra para o
1569 inpEV fazer relatório no lugar deles.

1570

1571

1572 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Mas pensando bem
1573 aqui, antes de todos eles, tenho a informação aqui, vai haver pedido de vista? Zuleica?

1574

1575

1576 **A SRª. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Nós gostaríamos de pedir vista para examinar
1577 melhor essa matéria.

1578

1579

1580 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Bom, nós vamos,
1581 então, nós vamos recolher o pedido de vista, mas vamos pedir para os expositores
1582 fazerem uma mera apresentação do assunto. Já foi acolhido o pedido, não vai ser
1583 votado, é só para informar, a título de informação.

1584

1585

1586 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos do**
1587 **DConama)** – Quem mais pede vistas?

1588

1589

1590 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Lisiane, Zuleica...

1591

1592

1593 **O SR. ILVÂNIO MARTINS (Ecotrópica)** – Bom dia a todos. Ilvânio Martins, Fundação
1594 Ecotrópica. Também pelo pedido de vistas.

1595

1596

1597 **O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Gente, já foi acolhido
1598 o pedido de vistas, não precisa pedir mais pedidos de vista. O Marcos está aí? João,
1599 do inpEV, por favor. A título de informação, por favor.

1600

1601

1602 **O SR. JOÃO (inpEV)** – Boa tarde a todos. Bom, nós estamos aqui para fazer uma
1603 breve apresentação sobre as justificativas da solicitação, via CNI, da mudança da

1604Resolução 334 Conama. Eu tenho uma pequena apresentação para explicar, um
1605pouco, todo o processo e do porque da solicitação dessa mudança. Pode se colocar...

1606

1607

1608**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Não, não, não... Se
1609você vai fazer apresentação, nós não vamos fazer isso não. Peço para você enviar a
1610apresentação para todos os conselheiros, porque nós não vamos fazer a discussão
1611hoje. Nós vamos, depois, trabalhar na próxima reunião, mas hoje é só sobre um
1612informe rápido sobre o assunto. Nós estamos abrindo uma exceção... Uma vez que há
1613o pedido de vista, nós estamos abrindo uma exceção para você dar um breve trailer do
1614que se trata, para pautar a próxima conversa.

1615

1616

1617**O SR. JOÃO (inpEV)** – Na realidade, essa solicitação veio em decorrência da própria
1618Política Nacional de Resíduos Sólidos que trouxe uma alteração a um processo já
1619existente de retirada das embalagens vazias dos agrotóxicos. As Leis 7.802, 9.974,
1620Decreto 4.074, estabelece à obrigatoriedade de se fazer a gestão adequada das
1621embalagens vazias de agrotóxicos. É um sistema que funciona já desde 2002, iniciou,
1622na realidade, em 1992, e vem tratando, de uma forma bastante positiva, da disposição
1623final das embalagens vazias, dos agrotóxicos. O advento da Política Nacional de
1624Resíduos Sólidos incluiu, dentro da política, também, o tratamento das sobras dos
1625resíduos que ficam os agricultores. A Lei 7.802 de 9974 estabelece a responsabilidade
1626compartilhada de toda a cadeia produtiva agrícola e tratava disso, somente das
1627embalagens. Com a Política Nacional, institui-se, também, a responsabilidade
1628compartilhada para a disposição final das sobras de resíduos que ficam com o produtor
1629sem uma solução. Então, o nosso sistema, o sistema de logística reversa de
1630embalagem vazia dos agrotóxicos pode trazer uma solução simples para um problema
1631complexo, da mesma forma como nós fazemos, hoje, para as embalagens vazias dos
1632agrotóxicos. O Sistema Campo Limpo, ele, hoje, já tem toda uma estrutura montada
1633com competência, capacitação técnica para poder trazer essa solução. Hoje, nós
1634fazemos a logística reversa das embalagens vazias, temos, cerca de quatrocentas e
1635poucas unidades de recebimento, atingimos 5milhões de propriedades agrícolas, aí,
1636retiramos, já, 94% do volume de embalagens que vai para o campo. Esse sistema, ele
1637se tornou uma referência, não só no Brasil, mas, também, internacionalmente, e nós
1638acreditamos que, por essa razão, usando toda a infraestrutura e uma logística já
1639existente, nós podemos fazer todo esse trabalho. O que acontece com a Resolução
1640334? Ela foi, muito sabiamente, desenvolvida em 2002, 2003, e estabelecia a forma de
1641se fazer o licenciamento das unidades de recebimentos que iriam estar recebendo,
1642então, as embalagens vazias dos agrotóxicos. Como eu mencionei, muito sabiamente,
1643ela estabeleceu, naquele momento, que as Unidades não deveriam receber sobras de
1644produtos. Quer dizer, isso foi feito lá em 2002, então, no art. 7º da Resolução 334,
1645existe esse impedimento. Como nós entendemos que, através do sistema existente,
1646nós podemos dar atendimento a esse problema que o agricultor trouxe, nós
1647propusemos, então, que houvesse a retirada desse art. 7º, a modificação, e que se
1648deixasse o licenciamento das unidades a cargo das autoridades competentes dos
1649Estados. Ou seja, todas essas Unidades, hoje, elas já atendem todos os requisitos para

1650trabalhar com resíduos dessa natureza, quer dizer, são unidades já especializadas,
1651com gente treinada e prontas a atender um problema que o agricultor tem. Então, essa
1652é a razão, Sr. Secretário, da solicitação da mudança, da alteração, e nós,
1653oportunamente, então, teremos o prazer de apresentar como que funciona todo o
1654sistema, e justificar, e fundamentar, ainda mais, a alteração da Resolução.

1655

1656

1657**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Bom, vamos passar
1658para o assunto seguinte, a Moção a ser apresentada pela Zuleica, relacionada à
1659Convenção de Minamata.

1660

1661

1662**A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu, também, sou membro da Comissão
1663Nacional da Segurança Química, como já disse, represento o Fórum Brasileiro de
1664ONGs e Movimentos Sociais lá, é uma Comissão muito interessante que é único
1665colegiado do Brasil, não é? Que discute segurança química e a implementação, e
1666acompanhamento, das Convenções Químicas Internacionais. Nós criamos, no âmbito
1667da Comissão Nacional, por unanimidade, um Grupo de Trabalho para acompanhar toda
1668a negociação dessa proposta do PNUMA, de um tratado internacional e, depois, de um
1669longo tempo de negociação, chegou-se ao texto final, em outubro de 2013, no Japão,
1670em Minamata, Kumamoto, mais precisamente, perto de Minamata, foi assinado o
1671tratado. A nossa Ministra Izabella foi, realmente, a primeira pessoal que assinou
1672naquela cerimônia, e foi o primeiro País a assinar e, até o momento, o único País a
1673ratificar, por força de uma Legislação diferente da maioria dos países, foi os Estados
1674Unidos, que eles têm uma facilidade bem maior de negociar ratificação de tratados
1675internacionais, é uma especificidade daquele País. No caso brasileiro, a CONASQ se
1676empenhou, todos os membros da CONASQ, inclusive o Ministério do Meio Ambiente,
1677principalmente, o da Saúde também, se empenharam em encaminhar esse processo
1678que, no Brasil, é um pouco mais demorado. Então, foi feita uma justificativa do pedido à
1679Casa Civil e, dessa justificativa, que passou, também, foi revisada pela Comissão
1680Nacional de Segurança Química, foi dessa justificativa que eu tirei, nós da APROMAC
1681tiramos o texto, praticamente é uma cópia da justificativa acordada entre todos os
1682membros da CONASQ pelo Itamaraty, que foi o processo interessante. Então, imagino
1683que todos os senhores já leram, eu só queria pedir, solicitar, se é possível eu fazer uma
1684correção que me pediram, e, também, anunciar o apoio de algumas pessoas para essa
1685Moção. Então, nós recebemos o apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do
1686Paraná, então, eu gostaria de subscrever, na versão final, se ela for publicada, e,
1687também, da fase. Depois eu passo, posso passar depois os nomes por escrito dos
1688apoios que nós recebemos. Como vocês vão ver, tem apoio de várias Redes Nacionais
1689e, por fim, também, o apoio do *Zero Mercury Working Group*, que foi a rede
1690internacional de ONGs, principalmente de Países em Desenvolvimento, que trabalhou
1691incessantemente por este Tratado, desde o início lá em 2003, 2004, quando o PNUMA
1692começou a discutir o problema no Mercúrio, porque o Mercúrio... Acho que muitos dos
1693senhores sabem, mas, vou dizer para os que não sabem, o Mercúrio é um poluente
1694inorgânico persistente, ele tem todas as características de um poluente orgânico
1695persistente. Ele é um metal, apesar de ser um metal, ele evapora, à temperatura

1696ambiente, ele, então, domina todo o planeta e, recentemente, até, entre milhares de
1697notícias que vem saindo, principalmente da área científica, o nível de Mercúrio nos
1698oceanos triplicou nos últimos cem anos, não é isso? Acho que é mais ou menos isso,
1699não tenho bem certeza... Mas os peixes, de qualquer maneira, estão sendo
1700encontrados com altos níveis de Mercúrio, é bastante preocupante, inclusive, o atum, é
1701um dos peixes que mais tem... São os maiores peixes, os predadores são que
1702concentram nos seus organismos a maior quantidade de Mercúrio, e o Metil Mercúrio é
1703uma substância extremamente perigosa. Então, eu coloco essa moção para sua
1704apreciação, aprovação porque ela pode ser muito útil para os nossos trabalhos daqui
1705para frente na implementação, inclusive da Convenção de Estocolmo no Brasil.

1706

1707

1708**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Zuleica, uma
1709pergunta. Foram inseridas modificações mínimas de redação. Vocês acordam?
1710Encaminhamos o texto com as modificações?

1711

1712

1713**A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Eu posso apresentar, seria na quarta linha...

1714

1715

1716**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA)** – Sim... É só para ver
1717se você concorda. Basicamente, trata-se de aprovar uma Moção ou não. São questões
1718de redação. Então, vamos colocar, imediatamente, em aprovação, se o plenário está
1719de acordo com a moção apresentada pela APROMAC? Quem está de acordo, por
1720favor, levantem os crachás. Alguém é contrário à moção? Ninguém? Quem é por
1721abstenções? Também ninguém. Uma. Então, está aprovada a moção. O texto
1722modificado, com as modificações de português acolhidos pela Zuleica. Nós temos três
1723informes, agora, eu pediria que todos fossem os mais objetivos possíveis e nós vamos
1724eliminar a sessão de hoje à tarde. Vai ficar destinada as reuniões entre vocês,
1725conversem entre vocês, e nós vamos, depois, organizar para que a última reunião não
1726seja uma reunião mais robusta, onde tenhamos vocês o máximo de tempo possível
1727para acolher algumas das sugestões feitas. Primeiro informe do João Luiz do
1728Nascimento, do CEMAVE.

1729

1730

1731**O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Só recapitulando,
1732a questão do pedido de vista da Proposta de Resolução, ele foi feito pela Ecotrópica,
1733SODEMAP, APROMAC, MMA e IBAMA. Obrigado. 30 dias para o parecer.

1734

1735

1736**O SR. JOAO LUIZ DO NASCIMENTO (CEMAVE)** – Boa tarde, senhoras e senhores,
1737Sr. Secretário. Nós estamos informando aqui o resultado do trabalho que coube ao
1738Instituto Chico Mendes, por força da Resolução 462 desse Conselho, relativo à
1739elaboração do Relatório Anual de Rotas e Áreas de Concentrações de Aves Migratórias
1740no Brasil dentro dessa Resolução mencionada que trata da qualificação, digamos
1741assim, dos empreendimentos eólicos no País. Então, esse Relatório, ele considera as

1742principais áreas, perdão, as principais rotas de migração de aves para o Brasil e essas
1743migrações, elas ocorrem, principalmente, no tocante às espécies que reproduzem no
1744Ártico e que vem ao hemisfério Sul, periodicamente. Então, nós temos quatro grandes
1745Rotas, digamos assim, que é uma Rota que cobre toda a Costa do País e três que
1746atravessam, digamos assim, o Centro do Brasil. E as aves, que utilizam essas Rotas,
1747são, principalmente, espécies marinhas e costeiras, normalmente, embora, muitas
1748delas utilizem as Rotas do Centro do Brasil, mas nós temos, também, outras espécies
1749de aves que a utilizam. Uma Rota Migratória que merece destaque com relação a esse
1750relatório é a rota da avoante ou arriboã, a Zenaida Auriculata, que é uma pomba que
1751migra na Caatinga acompanhando o período pós-chuvas, onde há, para o homem, o
1752período de seca, mas que, para essas aves, é um período de abundância de sementes
1753no solo. E, aí, nós temos milhares de avoantes que estão se movimentando entre os
1754estados que abrangem a Caatinga, e, aí, nós teríamos, também, uma situação
1755importante com relação a esse cuidado, em relação a empreendimentos no período em
1756que essas colônias de reprodução estão instaladas. Aí, é o conteúdo, digamos, do
1757relatório para que as senhoras e senhores tenham conhecimento. Nós temos, no
1758relatório, uma apresentação, uma contextualização sobre migrações de aves no Brasil
1759e no mundo. As características do voo das aves relacionando aos riscos de colisões
1760com aeronaves, os impactos dos parques eólicos sobre ave e fauna, as principais
1761Rotas de aves migratórias no Brasil, e, aí, o produto que está definido na Resolução,
1762que são as principais áreas de concentração e de aves migratórias no Brasil. Aí, para
1763dar uma ideia de, digamos, das fontes que subsidiaram a elaboração desse Relatório.
1764Então, nós temos, por exemplo, dados que estão armazenados no Sistema Nacional de
1765Anilhamento, que fica no CEMAVE, que é o Centro Nacional de Pesquisa e
1766Conservação de Aves Silvestres do Instituto Chico Mendes. Então, nós temos, desde
17671977, nós desenvolvemos e coordenamos, a nível nacional, e, também, na Antártica,
1768um programa de marcação de aves utilizando anéis numerados, que são as anilhas, e
1769hoje nós temos mais de 750 mil aves marcadas no Brasil e em alguns outros países.
1770Então, esses dados da captura e marcação destas aves, bem como dos seus
1771encontros, porque nos anéis, consta um aviso, tem lá: avise CEMAVE, então, se
1772alguém encontra uma ave marcada, vai informar. E, com isso, nós passamos a
1773conhecer os lugares por onde estas espécies, por onde estas aves andam e, também,
1774o tempo que elas podem sobreviver após a marcação, entre outras informações. Nós
1775temos, também, os resultados da avaliação do estado de conservação das espécies de
1776aves brasileiras, que é um processo coordenado pelo CEMAVE no tocante é Instituto
1777Chico Mendes e que nós, inclusive, concluímos, no final deste mês que passou, 100%
1778das espécies de aves brasileiras avaliadas e, também, durante a elaboração dos
1779Planos Nacionais de Ação para conservação das espécies ameaçadas e migratórias.
1780Então, durante as oficinas de elaboração dos Planos de Ação e, também, durante as
1781oficinas de avaliação do estado de conservação das espécies, dados são gerados, são
1782apresentados e eles, também, foram utilizados para subsidiar a confecção desse
1783relatório. Nós temos, também, nós consultamos, também, a ampla literatura científica
1784sobre o assunto. Nós consultamos os dados da Agência Nacional da Energia Elétrica
1785com relação aos pontos de previsão de instalação de parques eólicos e, também, os já
1786instalados, porque, esse relatório, ele contém não só a descrição das áreas
1787importantes por respectivos municípios, como, também, mapas que apresentam onde

1788estão tanto os pontos, digamos assim, os locais da instalação de parques eólicos,
1789como, também, as áreas que são importantes para as aves para que possam facilitar a
1790localização e, até, uma rápida visualização de eventuais sobreposições. E, também,
1791dados de campo, coletados por esse centro de pesquisa, o CEMAVE, desde a sua
1792criação. Nós acrescentamos ao relatório as principais áreas de concentração de aves
1793ameaçadas e endêmicas do Brasil, porque esse ponto, também, está previsto na
1794Resolução e, como nós já tínhamos esse material em mãos, então, não custaria nada
1795acrescentar mais essa informação que poderá ser utilizada. E, também, nós
1796apresentamos recomendações, são sugestões aos órgãos licenciadores, de
1797levantamentos que poderão subsidiar os estudos de impacto ambiental nas áreas
1798importantes para aves migratórias, ameaçadas e endêmicas, e recomendações de
1799medidas mitigatórias nessas áreas, além das referências bibliográficas, que são
1800apresentadas ao final do relatório. Nós temos alguns exemplos muito rápidos. Por
1801exemplo, no Rio Grande do Norte, então, um dos pontos que nós apresentamos lá
1802como importante é o complexo litorâneo da Bacia Potiguar, onde, por exemplo, nós
1803temos registros de mais de mil indivíduos dessa espécie migratória, (...) que é aquela
1804ave com uma mancha branca no dorso, na foto de cima, mais de 2800 calidris pusilla e
1805400 tringas flavipes e tringa melanoleuca. E tringa flavipe é essa espécie de baixo na
1806foto. Então, são espécies importantes que se concentram nessa região do Rio Grande
1807do Norte, no complexo litorâneo da Bacia Potiguar. E nós temos, também, os registros,
1808por exemplo, nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta, de grandes concentrações, de
1809uma grande concentração de avoante que utilizam aquela região para reprodução.
1810Então, no próximo slide, nós temos o resultado disso. Então, aqueles círculos azuis são
1811as áreas onde nós temos os registros de colônia de reprodução de avoante, que nós
1812estabelecemos um perímetro de 25 quilômetros com uma margem de segurança para
1813essas espécies, para esses indivíduos quando se deslocam. Nós estamos tomando
1814como referência à altura, digamos, média, que vão estar localizadas as páginas dos
1815aerogeradores, em torno de 120 metros, porque, nós não estamos trabalhando,
1816digamos, com a altura de voo durante a migração das aves, porque essa altura é
1817variável e pode ficar muito acima, inclusive, de 500 metros. Então, a nossa
1818preocupação é com a movimentação das aves quando elas chegam e se localizam em
1819indeterminadas áreas, em determinados pontos no Brasil e quando elas saem, em
1820busca de alimento ou, no caso das avoantes, quando elas saem, ali, dos ninhos e vão
1821em busca de alimento e água também. A avoante, por exemplo, eu posso deslocar,
1822até, 80 quilômetros, mas aí, nós estabelecemos 25 como um raio razoável, uma
1823margem de segurança razoável, porque, a partir daí, a dispersão é bem grande, e, aí,
1824nós já não teríamos maiores problemas. Então, aqueles pontos em vermelho
1825representam as eólicas e nós temos, lá encima, em verde, por exemplo, aquela área de
1826concentração de espécies migratórias, que eu citei. No próximo slide, nós temos
1827exemplo para o Ceará, em que na região de Icapuí, nós temos grandes concentrações,
1828também, de espécies migratórias e, em Itapipoca, uma colônia, também, de avoante,
1829na verdade, são apenas alguns pontos para se destacar. Aí, nós temos o mapa que
1830indica, em vermelho, os pontos onde estão, ou estarão os empreendimentos e, nesse
1831caso específico, nós temos pouca sobreposição. E, aí, no próximo slide, nós damos um
1832exemplo dos locais onde há concentrações de espécies ameaçadas e endêmicas e, no
1833slide seguinte, nós temos o mapa. Esse seria, digamos, o acréscimo, em relação ao

1834previsto no relatório, que são as áreas importantes para espécies ameaçadas e
1835endêmicas e a localização nos mapas em contraposição aos pontos previstos para
1836instalação de eólicas. Então, acho que no próximo slide, são as recomendações,
1837apenas exemplos. Existem, no relatório, mais amplo. Então, por exemplo, nós
1838recomendamos a realização de estudos prévios, pelo menos um ano antes, para todos
1839os empreendimentos levantando, qualitativamente e quantitativamente, a ave e fauna
1840do local com censos mensais para estimar as populações, então... Aí, no documento,
1841nós apresentamos uma série de recomendações nesse sentido. No próximo slide, nós
1842teríamos... O próximo, por favor, são as recomendações de medidas mitigatórias, onde
1843nós destacamos, por exemplo, que as torres, elas sejam, sempre, em estruturas
1844tubulares, porque na eventualidade de utilização de torres em armação, elas vão
1845facilitar que aves utilizem aquelas estruturas para se empoleirar. Então, é uma forma
1846de atrair aves. Então, a torre tubular evita... Digamos que é um item a menos em
1847termos de atração de aves para aquela área. Esse documento, ele está pronto, apenas
1848em fase de diagramação final, e, então, os encaminhamentos seguintes serão
1849realizados pela administração do Instituto Chico Mendes. Coube ao CEMAVE,
1850digamos, o trabalho técnico de elaboração desse Relatório. E, o Relatório, bem como,
1851os mapas em *shapes* estarão disponíveis nesse endereço, a partir do momento que
1852seja aprovado.

1853

1854

1855**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Obrigado, João.
1856Como vocês foram informados, todos vão receber este Relatório até a próxima reunião.
1857Nós vamos para o nosso último informe, é o da Zilda. Perdão, eu já ouvi. Eu queria, só
1858antes de passar a palavra para a Lisiane, fazer uma intervenção, e para a Zilda para
1859fazer o informe dela, o Roberto Cavalcanti faria o último informe sobre patrimônio
1860genético. E teríamos que participar em uma reunião com a Ministra em caso de
1861emergência, e isso vai ficar para a nós próxima reunião. Então, o informe, da Zilda vai
1862ser o último da reunião de hoje. Obrigado.

1863

1864

1865**A SR^a. LISIANE BECKER (SODEMAP) -** É só um questionamento. Quando falaste,
1866100% das aves, é 100% das aves conhecidas, não é? Porque para quem não conhece,
1867parece que são todas as aves existentes. E outra coisa, já está disponível, a partir de
1868hoje, isso aí. Não?

1869

1870

1871**O SR. FRANCISCO GAETANI - Secretário Executivo (MMA) –** Lisiane, eu peço que
1872você cheque com o João, por favor. Sobretudo... Donald Rumsfeld, quando era o (...)
1873de estado do George Bush, introduziu uma frase que era (...), os desconhecidos, os
1874conhecidos. Eu acho que é uma preocupação pertinente. Mas, converse, por favor,
1875com o João, objetive isso, eventualmente, se ainda pode ser especificado no contexto
1876do Relatório. Zilda, o informe, por favor.

1877

1878

1879A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Bom dia, Sr. Conselheiros e Sras.
1880Conselheiras. Esse informe deveria ser feito pelo Secretário Ney Maranhão, que teve
1881um problema pessoal e não pode estar em Brasília, hoje, e estou fazendo em nome
1882dele, a pedido dele. Foi pedido pela Apromac na reunião de março. E eu gostaria só de
1883fazer, antes de passar, eu fiz alguns quadros com o resumo das negociações sobre a
1884Política de Resíduos Sólidos, especialmente, a implementação da logística reversa, e
1885gostaria de dizer que a Apromac, ano passado, enviou um pedido de informações,
1886diretamente à Gerente de Resíduos Perigosos, e informou, aqui na plenária, que não
1887obteve resposta. Eu só gostaria de deixar registrado que eu tive oportunidade de
1888encontrar com a Zuleica, em mais de uma reunião, e passei a ela, verbalmente, achei
1889que tivesse suficiente, já que a resposta tinha sido dirigido a Gerente e ela tinha
1890recebeu a resposta da Diretora, as informações sobre o andamento da logística. Bom,
1891e, também, queria fazer outro esclarecimento, que eu acho que isso é positivo para
1892todos. Esse conselho, em 1996, elegeu as políticas prioritárias que esse Conselho ia se
1893debruçar, ia debater, ia ajudar a construir. Uma delas foi a de resíduos sólidos, que já
1894estava em discussão no Congresso Nacional e essa Política de Resíduos Sólidos,
1895demorou até 2010 para ser concluída e aprovada. E esse conselho, por meio da, então,
1896Câmara de Controle Ambiental, hoje nós temos uma Câmara de Resíduos, uma
1897Câmara Técnica de Resíduos, veio editando, uma série de Resoluções que tratavam
1898do que hoje está expresso na Política de Resíduos dos Sólidos. Naturalmente, no
1899momento em que a Lei é publicada e trouxe um rito específico para tratamento dos
1900resíduos sólidos, nós tivemos que, por bem, solicitar a suspensão dos trabalhos que
1901estavam em andamento, no Conama. Existiam três Resoluções tratando de o que
1902chamamos hoje de logística reversa, nós falávamos de responsabilidade, na época,
1903que era embalagens de óleo lubrificante, lâmpadas e eletroeletrônicos. Embalagens em
1904geral, que nós estamos discutindo isso no âmbito da política, nós chegamos a ter até
1905um grupo tratando disso, mas não foi diante pela dificuldade que tínhamos dentro do
1906Conselho em estruturar uma proposta. E essas propostas não tratavam de
1907licenciamento ambiental. Eu acho que essa casa, regras para empresas de reciclagem,
1908as propostas tratavam pura e simplesmente da responsabilidade que hoje, pela lei, está
1909sendo tratada por meio de acordos setoriais, isso é uma das coisas. E queria, também,
1910aproveitar para dá uma notícia boa. Eu vou falar sobre isso, eu acredito que, até, sexta-
1911feira, as duas consultas públicas, nem o Rony, nem o Roberto, estão aqui, no
1912momento, mas o Pedro Wilson está, as de embalagens em geral, deve ser publicado
1913até sexta-feira. E nós estamos aguardando, aí, a contribuição de todos, do Conama e
1914de toda a sociedade em geral. Vai ficar disponível no site do Ministério por 30 dias. Nós
1915fizemos um link com o Ministério do Planejamento, que tem um sistema de acolhimento
1916de Consulta Pública, que facilita, depois, a análise das consultas, que eu acho que vai
1917ser simples para todos e agiliza o processo. E nós esperamos que, talvez até outubro,
1918nós já tenhamos esses acordos assinados. Então, a logística reversa, ela está espessa
1919no capítulo 3 da Lei, do 3 ao 36, ela traz o detalhamento. E ela trouxe algo diferente, a
1920responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Eu teria alguns
1921comentários adicionais a fazer sobre a fala do Rando, a fala do Pedro Wilson, a fala do
1922Rony e do Roberto aqui, mas acho que vou deixar isso para a reunião, a última do ano
1923onde nós vamos fazer um balanço da política. Então, esses são os atores. Nós temos
1924tido o cuidado, a Lei trouxe a responsabilidade compartilhada e o Decreto trouxe um

1925detalhamento de um rito específico para construção da logística reversa. Então, eu
1926tenho três possibilidades, por regulamento, por acordo setorial, ou por termo de
1927compromisso. Isso, a decisão de qual dos três seria aplicado fica a cargo de um Comitê
1928de ministros, denominado Comitê Orientador para o Sistema de Logística Reversa,
1929mas sempre tendo em mente que a responsabilidade objetiva da lei é para fabricantes,
1930importadores, distribuidores e comerciantes, o consumidor quanto ao descarte, e os
1931serviços municipais e distritais de limpeza pública se participarem, por decisão de
1932quem tem a responsabilidade, terão que ser remunerados. Naturalmente, os catadores
1933não são excluídos dessa proposta. Os catadores, se forem participar, também, serão
1934remunerados da mesma maneira que o serviço de limpeza pública municipal. A
1935política... Achei muito oportuna, a colocação que o Roberto fez aqui, e é uma coisa que
1936nós nos questionamos muito. O objetivo hoje nosso de estruturar a logística reversa é
1937tentar criar essa cadeia, materialmente falando, locais onde o consumidor possa
1938descartar, locais onde... Pode ser no comércio, pode ser na assistência técnica, pode
1939ser em pontos de entrega voluntária. Como vai funcionar? Quem vai buscar? Isso tem
1940que estar expresso no texto do acordo. Quem vai buscar para levar para a unidade de
1941reciclagem, reaproveitamento daquela matéria-prima ou o tratamento e disposição final
1942dos rejeitos. O objetivo é reduzir os impactos. Algo que está embutido na lei, o objetivo
1943da logística reversa, além de reduzir os impactos ambientais, é, principalmente,
1944desonerar o poder público municipal da coleta de todo e qualquer tipo de resíduos. É
1945devolvê-lo a uma cadeia de reciclagem, desonerando as prefeituras de coletarem
1946eletrônico, baterias, lâmpadas, medicamentos, toda a sorte, de produtos descartados.
1947Queria, também, deixar bem claro, aqui, que a política é de resíduos sólidos, mas
1948quando ela fala em responsabilidade compartilhada, ela não fala em responsabilidade
1949compartilhada de resíduos, e sim de produtos, para poder corresponder ao ciclo de
1950vida todos. Isso não é uma estratégia de tratar resíduos de indústrias, de grandes
1951geradores, os grandes geradores têm as suas responsabilidades. Isso é uma estratégia
1952para que o consumidor possa descartar os seus produtos após o uso por eles e eles
1953têm uma cadeia de recolhimento. Essa é a estrutura do core, fazem parte dele cinco
1954Ministérios, ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e, tem um detalhe, ele
1955é formado por Ministros e, na ausência deles, os seus representantes legais.
1956Secretário, Diretores, Coordenadores, Gerentes não pode, necessariamente, ter
1957assento nas decisões do core. Tem que ser um Ministro ou, na ausência dele, que, às
1958vezes, nós não conseguimos juntar todos, o Secretário-Executivo. Na última reunião, a
1959Sr^a. Ministra, Izabella Teixeira presidiu a última reunião, quando nós aprovamos as
1960duas Minutas de Acordo de lâmpadas e embalagens em geral, essas que eu falei que
1961vão à Consulta Pública, certamente, até o final dessa semana. Esse grupo de Ministros
1962tem um grupo técnico assessor, esse sim formado por representantes indicados pelos
1963Ministros, onde é feita a discussão técnica dos temas, onde é feita a discussão técnica
1964dos editais, dos estudos, das propostas, das minutas de textos de acordo. Além deles,
1965e pode ter outros Ministérios convidados, dependendo do tipo de assunto, nós já
1966tivemos o caso de convidar ministérios que não estão elencados, Ministérios do Meio
1967Ambiente, Ministério da Saúde, Agricultura, Indústria, Comércio e Fazenda, mas pode
1968ter outras áreas, dependendo do grau de interesse que tenha. Ministério de Minas e
1969Energia, da Integração, Casa Civil, não importa... Vai depender do tipo de assunto que
1970está sendo tratado lá. E, também, o Decreto trouxe o desenho de que, para construção

1971dos acordos setoriais, devam ser formados grupos técnicos, temáticos, esse sim tem a
1972ampla participação de todos aqueles atores envolvidos e outros. Nós tivemos o
1973cuidado, ao convocar esses grupos, a Lei é de agosto de 2010, o Decreto é de
1974dezembro de 2010, a primeira reunião do core foi em fevereiro de 2011, os grupos
1975foram convocados na primeira semana de maio de 2011, e os grupos tiveram
1976diferentes prazos, o primeiro que concluiu seus trabalhos... Os grupos fizeram os
1977editais, os editais são colocados, aguardando a entrega de proposta pelos setores que
1978tem responsabilidade. Essas propostas são analisadas pelo Ministério do Meio
1979Ambiente. E são aprovadas pelo Comitê de Ministros, e o texto de acordo. Porque tem
1980um detalhe, nós recebemos propostas de fabricantes, importadores, distribuidores e
1981comerciantes, mas, às vezes, recebemos de uma associação que trata de reciclagem,
1982às vezes, não recebemos do comércio, e, aí, a cadeia fica truncada. Então, nós temos
1983o cuidado de observar a lei no que diz respeito à responsabilidade compartilhada e,
1984também, o edital, propriamente dito, que traz metas de recolhimento. Quando o core
1985teve essa primeira reunião, em 17 de agosto, eu já falei isso aqui em outras
1986oportunidades, foi tomada a decisão pela estruturação de 5 cadeias. Ele pegou as três
1987que já estavam no Conama, lâmpadas, eletroeletrônicos e embalagem de óleo,
1988acrescentou a essas, embalagem em geral para poder desonerar, principalmente,
1989facilitar a coleta seletiva, era esse o intuito e, a pedido do Ministério da saúde, os
1990medicamentos que já havia RDC 306, mas a Resolução do Conama que tratavam da
1991importância de se ter o descarte de medicamentos. Volto a dizer, é para garantir o
1992descarte pelo consumidor, e o reposicionamento naquela cadeia como um tratamento
1993adequado dos resíduos. Então, são essas, aí, as cadeias... O próximo. Nós temos o
1994que nós chamamos... Eu coloquei, novamente, esse quadro, na tela, que são os
1995sistemas de logística reversa existentes anteriores à lei. Lembrem-se daquilo que eu
1996falei: esse Conselho trabalhou em cima de cadeias de logística reversa sem ter a lei,
1997nós temos três Resoluções do Conama pré-existentes a lei. E, o Rando já esteve aqui
1998falando muito rapidamente, mas agrotóxico, na Lei 7802, que cria a análise e o registro
1999desses produtos, de maneira compartilhada, o registro é dado pela Agricultura, com
2000posicionamento quanto à Saúde, do Ministério da Saúde, e do Ibama, quando aos
2001impactos ambientais, já existia uma previsão de o que fazer com os resíduos e o que
2002fazer com as embalagens. Então, nessa sequência, mesmo antes da política, foi criada
2003a Lei 9.974, que trata, especificamente, das embalagens, ela modifica a Lei 7.802 e
2004cria. E com isso, o Rando estava aqui presente, a indústria, na sequência, criou o
2005inPEV, o Instituto Nacional das Embalagens Vazias de Agrotóxicos, que comemorou,
2006aí, 10 anos de trabalho. O Brasil, hoje, tem um número que nenhum país do mundo
2007tem em relação a recolhimento. Volto a dizer, hoje é um exemplo para as demais
2008cadeias, mas não funcionou... No início teve dificuldade, mas hoje funciona muito bem.
2009Deve, na sequência, a busca aqui de revisão da Resolução 334 é exatamente para se
2010adequar a parte que fala, a Lei fala para óleos lubrificantes, a mesma coisa que
2011agrotóxicos. “Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens”. “Óleos lubrificantes, seus
2012resíduos e embalagens”. Nós temos, aí, as Resoluções Conama de pilhas e baterias,
2013óleos lubrificantes e pneus, que devem passar, também, por um processo de revisão,
2014assim que consigamos concluir esses cinco acordos setoriais. Então, foram esses
2015cinco grupos de trabalho que foram convocados. Eu ainda tenho eletroeletrônicos e
2016medicamentos, e eu vou colocar mais outro quadrinho. Esse quadrinho, aí, tem a

2017cronologia, eu não vou ficar lendo ele, para os senhores. Ele está disponível nos
2018documentos dessa reunião. Mas todos os grupos foram criados na mesma data,
2019implantados dia 4 e 5 de maio de 2011, nesse auditório, especificamente, que iniciou
2020esse processo, no auditório 1 do IBAMA. A lei prevê que um estudo de viabilidade
2021técnica e econômica dê suporte à viabilidade técnica e econômica dessa cadeia. Todos
2022eles têm um estudo de viabilidade técnica e econômica, e o ritual é esse, um edital, as
2023propostas apresentadas, os editais têm prazos diferentes, dependendo da
2024complexidade de cada uma das cadeias e, depois, a Consulta Pública. Eu tenho, até o
2025momento, um acordo setorial assinado. O relatório nos foi entregue no início desse
2026ano, o relatório de um ano de implementação do acordo setorial de embalagens
2027plásticas de óleo lubrificante, mas era um relatório ainda insuficiente. Foi um relatório
2028com vários documentos anexados. Nós recebemos só essa semana a
2029complementação do relatório e, também, posso afiançar aos senhores, que nos
2030próximos dias vai estar disponível no site do Ministério. Lâmpadas fluorescentes,
2031também é o mesmo caso, está sujeito a Consulta Pública. Embalagem em geral foi
2032feito coalizão pelo setor empresarial, 22 associações nacionais fazem parte. Nós,
2033ainda, temos uma negociação específica com embalagens de aço e vidro, que fizeram
2034propostas setoriais, mas igualmente importantes, que nós temos que tentar solucionar
2035do ponto de vista jurídico se é possível fazer um termo de compromisso com esses
2036dois setores. Até a apresentação final do Ney nós teremos uma resposta sobre isso
2037para os senhores. Eletroeletrônicos, nós recebemos várias proposta, muitas de
2038recicladores, alguns entraram na justiça exigindo que fizessem parte do acordo setorial,
2039mas a lei é clara e nós nos posicionamos, inclusive com um mandato de segurança que
2040foi impetrado, nós tivemos um posicionamento favorável ao Ministério dizendo que não
2041cabia incorporar recicladores, recicladores são empresas contratadas por fabricantes, e
2042importadores, distribuidores, e comerciantes para poder ajudar na gestão, na
2043destinação ambientalmente adequada dos produtos recolhidos e dos resíduos que têm
2044que ser tratados. Eletroeletrônicos, o setor entregou as propostas. Nós tivemos uma
2045reunião em julho do ano passado. E, a exemplo de lâmpadas e de medicamentos, as
2046propostas eram divididas entre fabricantes e importadores e os comerciantes não
2047estavam tomando parte, não assinaram a proposta junto e eram propostas daquele
2048tipo, assim: eu recolho e trato os resíduos que eu receber do comércio. E o comércio
2049não assina, opa, teve vácuo, aí, nessa discussão, o que ocorre, nessa hora? Nós
2050chamamos todos e dizemos o seguinte: olha, é necessário que essa cadeia funcione
2051de maneira harmônica e que, minimamente, tenha um fecho e damos um prazo para
2052que essa negociação ocorra. Pois bem, o setor de eletrônicos, ele apresentou esse
2053desejo, sentou para discutir com o comércio e com as associações, a 'Big' e 'Eletros'
2054tinham apresentados propostas distintas, e a CNC, também, não. A ABRAS tem
2055participado muito disso porque os supermercados também são uma fatia grande do
2056comércio de eletroeletrônicos. Pediram-nos prazos e, ao mesmo tempo em que nos
2057pediram os prazos para continuarem a negociação e fecharem o acordo com a
2058cadeia completa, nos entregaram um ofício com 6 pleitos, 6 exigências para que eles
2059pudessem desenvolver o sistema de logística reversa. Dessas exigências, somente
2060uma tinha a ver com a questão ambiental, a outra era uma interpretação legal. Então,
2061essas respostas, ainda, estão... A Ministra falou aqui, outras pessoas falaram aqui
2062também. Uma das questões é uma questão muito objetiva que é uma questão que não

2063tem como ser resolvida pelo Governo Federal. O Ministério da Fazenda disse que o
2064máximo que pode fazer é encaminhar uma nota ao Confaz. Para isso, nós já
2065mandamos uma nota nossa subsidiando esse tema. Que é o seguinte: na hora que
2066fabrica um bem, na hora de distribuí-lo, fabrica em um Estado da União, distribui pelo
2067País inteiro, e esse ICMS é recolhido dessa operação comercial. Não tem sentido, e
2068isso o inpEV conhece muito bem, junto com a cadeia de pneus, junto com a cadeia de
2069embalagem de óleos, junto com os óleos lubrificantes, não é possível que o resíduo,
2070quando está sendo recolhido, pague ICMS, de novo, para circular. Mas isso não é um
2071problema propriamente federal. A política nos trouxe uma série de pontos
2072extremamente positivos, extremamente oportunos para que se reduza a contaminação
2073ambiental, mas ela não abordou outros pontos que podem se configurar em um entrave
2074para implementação da política. Outro aspecto importante é a ausência de uma
2075previsão de incentivos econômicos, financeiros e creditícios para a atividade de
2076reciclagem. Então, hoje, volto, aproveito que o Rando está sentado aqui, volto a falar
2077de embalagem de agrotóxico, o setor banca sozinho, tudo bem! Banca o recolhimento,
2078tem lá uma fábrica que recicla, mas, para colocar esses produtos de volta no mercado,
2079ele não tem nenhum tipo de incentivo, ele está colocando um produto a partir de...
2080Existe uma PEC, nós estamos tentando ver como que conseguimos nos debruçar e
2081fazer com que essa PEC deslanche, e têm outros pleitos, também, que, não menos
2082importantes, além desse do ICMS, que é a declaração. Por exemplo, isso é muito usual
2083nas campanhas voluntárias que foram feitas de eletroeletrônico. Você se empolga ao
2084ver um cartaz, vou entregar o meu computador naquele ponto de coleta. Vai lá, deixa o
2085seu computador, o computador é recolhido, desmontado, vai para outro ponto para
2086tratar do resíduo, daqui a 5 dias... Eu esqueci que eu tinha um arquivo superimportante
2087naquele computador. Você volta lá? Cobra do cara que estava recolhendo, da indústria,
2088vamos dizer, ou do comércio, e, você, entra na justiça, porque o sujeito danificou o seu
2089equipamento. Ora, você entregou, “eu entreguei, mas ele tinha...”. Então, tem essa
2090questão da entrega do bem, da sensação de responsabilidade do consumidor a partir
2091do descarte. Isso a lei também não aborda, isso é uma das coisas que o setor de
2092eletroeletrônico pleiteia. Para isso, nós já fizemos um pedido a Senacon, a Secretaria
2093Nacional de Defesa do Consumidor, que nos auxilie no esclarecimento deste ponto.
2094Outro ponto, também, e só assim, eu não vou falar dos 6 exaustivamente, mas o
2095último, que eu considero importante, e, aí, nós tivemos uma conversa muito próxima
2096com o Conama sobre isso, que é a dificuldade que algumas cadeias estão tendo pela
2097existência de leis estaduais e municipais que declaram esses produtos sujeitos a
2098logística reversa como resíduos perigosos. E, aí, a dificuldade serve para todos nós, e
2099é um exemplo que nós costumamos dar, como é que eu vou carregar um celular na
2100minha bolsa? Ou os senhores, no seu bolso, no seu paletó e, amanhã, quando eu for
2101trocar o celular, para eu poder descartar, ele passa a ser um resíduo perigoso? Ele
2102está inteiro. Está íntegro. Então, nós tivemos... Não foi possível, nós fizemos consultas
2103à Consultoria Jurídica do Ministério, pela maneira como a Lei 6.938 coloca o seu
2104arcabouço legal, e como as resoluções desse Conselho são construídas, o setor tinha
2105feito o pleito de pedir uma Resolução do Conama que apontasse a não periculosidade
2106desses resíduos. Ora, e, aí com isso, não haveria licenciamento ambiental, era esse o
2107gatilho maior. Nós não poderíamos propor uma Resolução dessa forma para ao
2108Conselho. Nós tivemos textos, o texto foi apresentado, foi discutido em reuniões

2109capitaneadas pelo nosso Secretário-Executivo e, depois, mais detalhadas, com a
2110Consultoria Jurídica, não haveria essa previsão. E nós optamos, deve ser publicado,
2111também, nos próximos dias, uma deliberação do Comitê de Ministros, indicando o que
2112nós achamos que em um primeiro momento sinaliza, aqui. Os produtos sujeitos a
2113logística reversa, objeto de acordo setorial, ao serem descartados, desde que
2114mantenha a sua integridade, eles não apresentam risco, nem à população, nem ao
2115meio ambiente. Eu estou dando grosseiramente, mas o texto, basicamente, diz isso.
2116Mantendo a integridade daquele produto. Medicamentos, para finalizar, é um ponto um
2117pouquinho mais complicado. Medicamentos foi o grupo mais longo, o que ficou em
2118Consulta Pública por mais tempo, 170 dias, terminou os seus trabalhos, praticamente,
2119no final do ano passado. O core, havia duas propostas de metas, o core optou uma
2120dada pelo Conselho da Anvisa, que foi quem coordenou o grupo, e outra pelo setor. E
2121nós recebemos 3 propostas, uma das fabricantes, outra dos importadores e outra dos
2122comerciantes. E nenhuma proposta conversa entre si, nenhuma das três atendem as
2123metas do edital e, com uma lista de medicamentos que eles atribuem como
2124medicamentos perigosos, que, somente, esses vão recolher, porque o resto pode ser
2125descartado no lixo comum, que é uma coisa que não tem a ver com a Política
2126Nacional de Resíduos Sólidos. Os resíduos de medicamento não podem encarado
2127como uma fração seca dos resíduos sólidos urbanos. Então, o core, nessa reunião
2128última que aprovou as minutas de embalagens e lâmpadas, aprovou, também, uma
2129decisão, os Ministros decidiram que nós vamos ter um período de... Vão ter uma ou
2130duas conversas entre os Secretários Executivos dos cinco Ministérios e o setor de
2131medicamentos para ver se nós conseguimos afinar alguns pontos, senão, aí é
2132decisão... Do ponto de vista legal fica, ou se publica um novo edital, se concordamos
2133com parte do pleito deles, o que eu acho que, pessoalmente, muito difícil, porque não
2134vejo respaldo legal, ou se publica um, não sei se elaboramos um Decreto, para que
2135regulamente o assunto não por acordo setorial, mas sim por Decreto. Então, essa
2136decisão ainda será postergada. Eu acho que esse é o último, não é? E aí, tem só mais,
2137as deliberações, eu coloquei para ficar para consulta dos senhores. Acho que aí acaba.
2138Alguma pergunta... Os senhores têm o meu correio eletrônico, também, se depois
2139lerem isso com mais calma e quiserem alguma pergunta.

2140

2141

2142**O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (DConama)** - Tendo em vista o avançar da
2143hora, se alguém quiser, depois, mandar alguma pergunta para ela ou fazer agora.
2144Zuleica tem alguma pergunta também para fazer em relação a isso?

2145

2146

2147**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Na verdade, eu solicitei, na última reunião, um
2148debate sobre essa questão dos eletroeletrônicos e das lâmpadas de mercúrio com
2149base no fato de que em 2012 numa reunião da Câmara Técnica de Gestão de
2150Resíduos, a Drª. Zilda, representando o Ministério do Meio Ambiente, solicitou a
2151suspensão dos trabalhos, que estavam acontecendo naquela Câmara, justamente 2
2152GTs tinham sido criados e estavam em andamento, sendo que o GT de lâmpada já era
2153a segunda vez. Ele já tinha sido tirado da pauta no passado, daí voltou e voltou junto
2154com eletroeletrônico. Então, essa é a história. O GT de Lâmpadas também já tinha sido

2155discutido no âmbito do Ministério do Trabalho. Existia um GT Lâmpadas, criado pela
2156Drª. 'Sílvia Lavarisca', que é médica ocupacional do Ministério do Trabalho, do qual eu
2157particpei, trabalhadores contaminados pela indústria de lâmpadas participavam, a B-
2158Lux participava. Era um Grupo de Trabalho bem interessante. Então, no Conama, o
2159que diz a Lei do Conama? A lei que criou o Conama e, também, está expresso no seu
2160Regimento Interno que compete ao Conama estabelecer as normas e os critérios para
2161licenciamento e atividades potencialmente ou efetivamente, estou lendo para os
2162senhores, poluidoras. E essas normas, deverão estabelecer os requisitos mínimos
2163necessários à proteção ambiental que poderão ser ampliados por estados e município.
2164Não é isso? Então, a descrição que a Drª. Zilda nos dá dos acordos setoriais e da
2165regulamentação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nós percebemos,
2166claramente, como cidadão, como ONG, que, as ONGs não estão incluídas nesse
2167processo decisório e, quando se chama os fabricantes e comerciantes, está chamando
2168uma parte deles, porque o Brasil é um País gigantesco. Se for chamar todos os
2169comerciantes de eletroeletrônicos, serão, talvez, milhares de pessoas, imagine, em
2170uma reunião. Então, o que acontece? Enquanto isso acontece sem a participação da
2171sociedade, até por causa da dificuldade, não que em algumas instâncias seja proibido,
2172mas é que a sociedade não tem condições de participar, porque as ONGs hoje no
2173Brasil, as ambientalistas, principalmente, elas não têm apoio, não existem mecanismos
2174de financiamento para as ONGs. O que foi aprovado, recentemente, no Congresso, foi
2175um Marco Regulatório da relação das ONGs com o Estado, com o Governo. Mas não
2176da relação ainda não temos, nós ainda estamos na infância do reconhecimento do
2177papel das ONGs para a importância da construção de uma democracia. Então, por
2178exemplo, se alguém doar algum recurso para minha ONG, essa pessoa vai ter que
2179declarar no imposto de renda e pagar um tributo sobre aquilo, porque é um imposto
2180sobre doação. Então, essa relação não está regulamentada. Portanto, só podemos ter
2181participação nos processos que Drª. Zilda relatou, se nós tivermos um mecanismo, que
2182possibilite a sociedade a participar, que não existe. Então, o que sobrou para a
2183sociedade? Qual é a minha percepção? Resta nós fazermos o nosso trabalho aqui no
2184Conama, onde temos um espaço mínimo, mas é garantido. Então, quando a Drª. Zilda
2185solicitou a suspensão dos trabalhos dos dois Grupos de Trabalho sobre eletroeletrônico
2186e lâmpadas, ela, realmente, alegou que nós precisaríamos esperar. Está escrito aqui,
2187em fevereiro de 2012, na primeira Reunião Ordinária da CTQA, foi deliberado pelo
2188arquivamento, dos processos, por entender que, primeiramente, seriam construídos os
2189Acordos Setoriais dentro do novo Marcos Regulatório e, somente após, se avaliaria a
2190possibilidade de propor resoluções do Conama. É aí que nós estamos divergindo, Drª.
2191Zilda, entende? Porque existe um entendimento de que o Conama não pode se omitir
2192de estabelecer as normas e os critérios para o licenciamento, porque uma coisa é
2193acordo setorial, é um acordo que vem vai ser o responsável et... Outra coisa é como
2194isso vai ser feito no âmbito do licenciamento ambiental e da fiscalização. Isso tem que
2195ser mandatório. Não pode ser um mero acordo, ele tem que ser mandatório, tem que
2196ser uma Resolução. O Conama tem competência para isso e ele não precisaria ter
2197parado, essa foi a minha opinião, na época, eu fui o único voto contrário naquela
2198reunião, está lá registrado. Eu estava representando uma ONG do Piauí, a FURPA, e
2199eu fui o único voto contrário, por quê? Porque eu entendi e continuo entendendo que o
2200País não pode prescindir de uma Resolução que estabeleça os critérios, quem são os

2201agentes da cadeia, quais são as suas obrigações e como que vai ser, também, feita a
2202parte da reciclagem, que cabe sim ao Conama, por quê? Porque nós temos, hoje, os
2203Papa Lâmpadas, que são unidades móveis, que passam pegando lâmpadas, moendo e
2204emitindo Mercúrio, para todos os lados, por exemplo. E os Órgãos Ambientais não
2205sabem, ainda, discernir o que é bom para o meio ambiente e o que não é. Então, tem
2206muito Órgão Ambiental licenciando, hoje, recicladores que não estão aptos a fazer
2207reciclagem do ponto de vista técnico de segurança pública. Então, eu imagino que,
2208embora eu não posso resolver, não possamos resolver todos os problemas com uma
2209Resolução do Conama, nós podemos resolver muitos problemas. Por exemplo,
2210estabelecer com clareza quais são os procedimentos para licenciamento, quais são os
2211estágios, quais são os agentes, quais são as obrigações. Isso não vai estar no Acordo
2212Setorial. De uma maneira mandatária. Então, eu acho que nós precisamos fazer um
2213debate mais amplo. Eu sei que não é agora o momento, embora nós tenhamos a tarde
2214inteira, essa reunião termina as 18 horas, mas ela não foi planejada para fazer esse
2215debate, que é importantíssimo. Eu quero que os senhores entendam a falta de
2216entendimento entre o Governo Federal e as ONGs. As ONGs querem uma Resolução
2217do Conama, precisam, porque nós sabemos que Órgão Ambiental precisa dessa
2218orientação, lá no estado, e nos municípios. Imaginem nos municípios ainda por cima
2219sem qualificação, chegar e dizer para eles: vocês vão ter que licenciar, fica a critério de
2220vocês. Imaginem, tratando de Mercúrio. Eletroeletrônico, nós sabemos, tem poluentes
2221persistentes, inclusive, recém-listados na Convenção de Estocolmo, que estão,
2222absolutamente presentes em todos os eletroeletrônicos, como são, por exemplo, os
2223retardantes de chama, que são perigosíssimos. Não posso pegar isso aqui e entregar
2224para uma ONG, e uma moça, que está em fase da reprodução ou uma moça que está
2225grávida, abrir isso aqui, e aquilo começa a ser emitido no meio ambiente, o que está
2226dentro desses eletroeletrônicos, sendo que, em nenhum lugar, está escrito nada, que é
2227perigoso, porque é perigoso, quais são as substâncias que podem conter. Não tem
2228uma Resolução, para isso. E nós não estamos podendo dizer isso para a Ministra nas
2229reuniões de chapa branca, onde só tem Ministério. Então, quem é que vai dizer isso?
2230Aonde? Eu acho que nós temos que fazer isso aqui. Então, o que eu estou pedindo, eu
2231vou pedir expressamente, agora, oficialmente como conselheira, eu quero fazer esse
2232pedido aqui, eu solicito que o Ministério do Meio Ambiente levante essa suspensão à
2233Câmara Técnica e permita que esses dois grupos de trabalho voltem a trabalhar. É
2234muito importante que nós chamemos especialistas da área de saúde, inclusive, e a
2235sociedade civil qualificada para discutir aquilo que é competência do Conama, que é o
2236dever que o Conama tem de estabelecer normas e critérios para o licenciamento
2237ambiental dessa logística, como já fizemos para óleos lubrificantes, fizemos para
2238pilhas, fizemos para pneus, temos que fazer para esses também. Estamos acabando,
2239aqui hoje, pedindo vista de embalagem de agrotóxico. Como é que o Conama não
2240pode, agora, fazer para eletroeletrônicos e lâmpadas, tem que esperar 4 anos para
2241fazer alguma coisa. Muito obrigado. Quero deixar registrado esse pedido, por favor,
2242para vocês encaminharem, porque o Dr. Gaetani não está.

2243

2244

2245 **SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Sem problema. A
2246 reunião está toda transcrita, nós sempre adotamos e, depois, tomamos as
2247 providências. A Zilda queria responder.

2248

2249

2250 **SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu queria, novamente, fazer um
2251 esclarecimento. Esses três testes aqui, esse é o último texto de cada um desses três
2252 grupos, nenhum deles fala de Licenciamento Ambiental. O que a conselheira está
2253 pedindo é algo que nós já prevíamos no pedido de suspensão. Nós entendemos que o
2254 que está transcrito nesses três Grupos de Trabalho, ele está sendo atendido pelo
2255 acordo setorial e pela Lei 12.305. O Conama não perdeu o papel dele de legislar sobre
2256 licenciamento ambiental. O core nem os acordos setoriais tratam de Licenciamento
2257 Ambiental. Agora, é o nosso entendimento de que isso não é uma continuidade daquilo
2258 que foi suspenso. Seria uma nova proposta de Resolução que tratasse destes critérios
2259 que vão balizar o licenciamento ambiental, que são válidos. Eu não discordo e nem
2260 discordei em momento algum destes pontos. Só que, ao meu ver, qualquer conselheiro
2261 pode elaborar uma proposta de resolução e apresentar a esse Conselho para ser
2262 debatido. Não é o texto daquilo que estava sendo discutido. O que estava sendo
2263 discutido é o que a política trouxe para esclarecer dentro da responsabilidade
2264 compartilhada. É extremamente oportuno que se discuta as questões de balizamento
2265 do Licenciamento Ambiental. Agora, nós estávamos, inclusive, aguardando a
2266 assinatura dos acordos para complementar com resoluções do Conama. E não havia,
2267 naquele momento, como dar sequência a um trabalho com uma Lei Ordinária
2268 específica sobre assunto do ponto de vista legal e, foi feita uma consulta à Consultoria
2269 Jurídica do Ministério, não era possível tratar das duas coisas, aquele texto que estava
2270 em tratamento. Então, sempre é, sempre vai ser, eu acompanho reuniões do Conama,
2271 Zuleica, desde 1987, e foi com muito orgulho que, ano passado, eu fui indicada, pela
2272 primeira vez, para ser Conselheira, sendo que, aqui, muitas vezes, estive, muitos
2273 Grupos de Trabalho coordenei, sem ser Conselheira, porque na época era possível. Eu
2274 tenho o maior respeito por esse Colegiado. Agora, é preciso que se esclareça,
2275 exatamente, o que quer. Nós estamos construindo os Acordos Setoriais para atender a
2276 Política de Resíduos Sólidos. Aquilo que estava sendo tratado, no Conama, não era
2277 balizamento para o licenciamento. Você acompanhou de lâmpadas? Eu acompanhei os
2278 três. Não era do licenciamento. Então, eu faço a proposta que o setor, que as ONGs
2279 elaborem uma Minuta de uma Resolução para regulamentar esse licenciamento e que
2280 nós tragamos para esse Conselho para discutir, convoquemos um Grupo de Trabalho,
2281 e tragamos um instrumento complementar ao Licenciamento Ambiental. Eu acho isso
2282 de uma validade incrível. O que eu quero é separar, é que o pedido de suspensão
2283 daqueles três grupos não tem a ver com uma depreciação do trabalho do Conama. Isso
2284 não tem. E que esse processo, esse ciclo não foi concluído, e eu apresentei o
2285 andamento ali tela, por isso que nós não nos debruçamos. Agora, qualquer um,
2286 qualquer conselheiro, a qualquer momento, pode propor uma Resolução sobre
2287 licenciamento de resíduos sujeitos a logística reversa ou qualquer outro ponto que for
2288 interessante. Nós não estamos nos recusando a debater esse tema, muito pelo
2289 contrário, nós estamos dizendo que algo mudou com a publicação da Lei 12.305, e o
2290 Ministério tem feito o possível e impossível para ter esses acordos assinados.

2291

2292

2293 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (DConama)** - Nós temos, aqui, mais cinco
2294 pessoas escritas, para falar. Nós temos o almoço, eu acho que as pessoas devem está
2295 com fome, e o plenário pode esvaziar. Eu peço a celeridade, para todos. Primeiro o
2296 João Vieira da CNC, depois tomos o Tadeu, a Lisiane, o Marcos da CNI e o Miguel.

2297

2298

2299 **O SR. JOÃO VEIRA DE ALMEIDA NETO (CNC)** – Boa tarde a todos. Primeiro, a
2300 Confederação Nacional do Comércio quer aqui parabenizar e corroborar do sucesso do
2301 trabalho da CNI com relação ao recolhimento das embalagens de agrotóxico e do
2302 trabalho do inpEV, que, principalmente, o estado onde eu resíduo, que é o Mato
2303 Grosso do Sul, tem uma agropecuária bastante desenvolvida e foi fundamental para a
2304 preservação ambiental daquele estado o trabalho do inpEV. Quero, também, deixar a
2305 pergunta que eu quero fazer a Dra. Zilda. No final da sua fala sobre o Grupo do acordo
2306 setorial de medicamentos, você estabeleceu que: medicamento não pode ser tratado
2307 apenas como uma parcela seca do lixo? Eu perdi o momento que você diz como é que
2308 ele vai ser tratado, então, como resíduo perigoso? Porque nós já tivemos, por exemplo,
2309 um lago, em Mato Grosso do Sul, que estava absolutamente contaminado por
2310 hormônios, influenciando a reprodução de peixes e tudo mais, porque tinha um efluente
2311 de um hospital próximo e causando um dano ambiental e até as pessoas consumiam
2312 aqueles peixes. Isso foi descoberto 20 anos depois que aquilo já existia e hoje está
2313 interrompido, foi feito o tratamento de efluente, mas eu só queria entender isso aí. E
2314 aproveitar, também, para citar que, quando o comércio não senta e não assina os
2315 Acordos Setoriais, Dr^a. Zilda, a Sr^a. sabe que o comércio é aquele que está presente e
2316 que é o maior representante da sociedade. Se olhar no bairro que você mora, tem o
2317 açougueiro, quitandeiro, o que eles são? Cidadãos que fazem parte da ONG, da igreja,
2318 da associação de moradores, da escola. O comerciante nada mais é que o pleno
2319 representante de todos os segmentos da sociedade e tem todo o interesse em saber
2320 qual é a parte que lhe cabe, exatamente, nessa logística reversa sem que isso
2321 transforme o seu estabelecimento em um lixão, em um depósito de resíduos. Por isso
2322 que nós tratado tratamos esse assunto com bastante cautela, sem perder de referência
2323 a enorme importância e o grande resultado ambiental para o Brasil, que nós já estamos
2324 atrasados, acho que, uns 50 anos na questão da logística reversa.

2325

2326

2327 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (DConama)** - Muito obrigado, João. Passo
2328 a palavra para a Lisiane.

2329

2330

2331 **A SR^a. LISIANE BECKER (SODEMAP)** - A minha questão é mais genérica em relação
2332 aos Planos Municipais de Resíduos Sólidos. Eu, também, trabalho em município há 23
2333 anos e o meu município realizou o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, e eu acho que
2334 ninguém sabe disso, porque nós não conseguimos acessar nenhum local que pudesse
2335 confirmar que nós fizemos o plano em tempo hábil, conforme a Lei, e por isso nós não
2336 estamos conseguindo nem também disponibilizar dos recursos que teriam para

2337implementação do Plano de Resíduos Municipal. E nisso, eu vejo uma contrariedade,
2338porque, no momento em que se faz o Plano, é para também processar recursos
2339disponível para implementação dele, mas, também, está faltando, na outra ponta, esse
2340mecanismo de acesso, que seria o Sinir. É bastante complicado porque, no Rio Grande
2341do Sul, nós já tivemos conversa com representante da Abema, da Anamma, da
2342FAMURS e ninguém sabe dizer como acessar esses recursos via Sinir. No início do
2343ano, eu vi um cartaz no Ministério falando do Sinir, mas não se consegue colocar
2344nenhum dado do município para, realmente, fazer jus, e isso afeta a todo o plano.
2345Então, nós fizemos em tempo hábil, nosso município, como outros tantos, e não se tem
2346retorno esperado. Aí, é a mesma coisa para o Plano da Mata Atlântica, que é outro
2347caso também que não tem fundo, mas eu gostaria de ter um retorno. Nós vamos ter
2348uma reunião, um evento na FAMURS. Eu sou ONG, mas, também, trabalho em
2349município, então eu represento os municípios no Conselho de Dirigentes Municipais
2350Ambientais pela Secretaria do Meio Ambiente no meu município, e nós entramos em
2351contato com vocês. E o meu grande questionamento seria esse na reunião em Porto
2352Alegre, mas, se puder haver uma resposta aqui, eu fico agradecido.

2353

2354

2355**O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (DConama)** - Obrigado, Lisiane. Tadeu
2356quer falar ainda? Só lembrando que já estamos 13h20, se fosse possível, celeridade.

2357

2358

2359**O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – É rápido. Eu quero voltar, a
2360apresentação, um comentário sobre a apresentação do representante do ICMBio sobre
2361aves migratórias, que eu achei muito interessante e que senti ausência desse trabalho
2362na discussão das eólicas na Câmara de Controle Ambiente e, aqui, na votação.
2363Infelizmente, as aves migratórias não foram, devidamente, contempladas na
2364Resolução. Um grande trabalho e que deveria ter sido apresentado. Quanto ao trabalho
2365de apresentação da Zilda, eu sinto pela ausência dos catadores não terem ficado aqui
2366e escutado a sua apresentação. Eu pergunto se existe também a possibilidade de nós
2367indicarmos outros resíduos? Outros produtos? Naquela sua relação, ali, como isopor,
2368por exemplo, que não consta naquela relação, e pergunto se aquela nossa conversa
2369ontem junto com a Ministra da possibilidade de uma Resolução para normatizar a
2370logística reversa, porque é o X da questão. Se a logística reversa não funcionar de
2371forma adequada, não tiver normatização para esse mecanismo, então, pode não dar
2372certo. Então, é preciso ter, realmente, uma normatização. É isso.

2373

2374

2375**O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Obrigado, Tadeu.
2376Marcos Torres, da CNI.

2377

2378

2379**O SR. MARCOS ABREU TORRES (CNI)** – João, eu queria um esclarecimento, eu
2380fiquei na dúvida se o pedido da CNI de vista na Resolução das Embalagens de
2381Agrotóxicos foi registrado?

2382

2383

2384 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Não, não foi.

2385 Mas...

2386

2387

2388 **O SR. MARCOS ABREU TORRES (CNI)** – Eu queria reforçar, a CNI, também, pede

2389 vista na matéria.

2390

2391

2392 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Ok. Nós

2393 recapitulamos aqui. Miguel Scarcello, por favor.

2394

2395

2396 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS AMAZÔNIA)** – A respeito da apresentação da Dr.

2397 Zilda, eu só quero registrar que me chamou muito atenção nos Grupos de Trabalho nas

2398 discussões dos Acordos Setoriais, reiterando o que a Zuleica falou, há ausência da

2399 participação da Sociedade Civil nesse processo. Apesar de serem possivelmente

2400 ouvidas as recomendações que devem chegar ao Ministério, essa relação, essa

2401 possibilidade de participação é muito pequena, no meu entendimento, pela

2402 apresentação que foi feita, posso estar equivocado. Mas eu acho que nós, aqui nesse

2403 Plenário, participando e trazendo a nossa colaboração, o envolvimento deveria ser

2404 maior. Eu acho que a discussão e a implementação dessa política, a construção dela, é

2405 isso que eu reclamo aqui dentro, que são etapas importantes. Mesmo considerando a

2406 idoneidade e a responsabilidade que os técnicos do Ministério e dos outros Órgãos de

2407 Governo têm na condução dessas discussões, nós temos que entender que, ali, se

2408 você não tem um representante da sociedade civil nessas discussões, o que acontece

2409 é que as pessoas do seu setor estão defendendo seu setor, e o Governo está ali,

2410 negociando. Eu acho que a que a sociedade civil tem que ter esse direito de colaborar

2411 nessa discussão, trazer outros olhares para que isso seja melhor construído. Da

2412 mesma maneira que o Representante do Comércio colocou, aqui, dentro das ONGs

2413 tem os comerciantes, são pessoas que vivem o comércio. Então, nós temos essa

2414 experiência, nós temos essa vivência, nós temos esse conhecimento, nós lidamos com

2415 uma série de públicos. Então, trazer esse aporte em uma discussão como essa,

2416 construindo essas relações, estabelecendo esses acordos, eu acho que seria muito

2417 mais enriquecedor e, com certeza, esse ajustes seriam muito melhores para sociedade

2418 como um todo. E, desculpa, eu reitero a necessidade de renovar e trazer, de novo,

2419 esses Grupos de Trabalho, sejam eles da forma que for, mas que possamos ter, nesse

2420 espaço, a possibilidade de contribuir, ainda, nesse processo.

2421

2422

2423 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Ok. Zilda, por

2424 favor, para responder aos questionamentos.

2425

2426

2427 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu vou procurar fazer... Primeiro, o

2428 João, resíduos de medicamentos, é o seguinte, o edital ficou aberto, para uma proposta

2429que atendesse a todos os medicamentos indiscriminadamente. O setor apresentou
2430uma lista dizendo: eu só recolho isso. Por isso que eu digo, a proposta que eles
2431apresentaram não atende. Para não descaracterizar completamente e tentar ser
2432produtivo para poder se ter um texto de acordo, é que vai haver, primeiro, uma
2433conversa entre os Secretários-Executivos e os setores proponentes para ver se
2434consegue retornar, minimamente, ao edital. Senão, a saída foi aquela que eu falei, o
2435acordo setorial não tem jeito, vai ter que ser a caneta mesmo. A Lisiane falou dos
2436Planos Municipais, o Sinir está um problema sério, estou com problema com o
2437convênio que eu tenho, que é com a UnB, onde eu tenho que atender, eu fiz em
2438convênio, contratamos a UnB, o Ministério do Meio Ambiente, para construção do Sinir,
2439e nós estamos com prestações de contas pendentes, e o sistema está parado. Então,
2440eu, ainda, estou tentando viabilizar o convênio para poder dar sequência à construção
2441do sistema, mas eu dependo, eu tenho pareceres restritivos da área financeira do
2442Ministério... Você está prestando a atenção no que eu estou falando? Lisiane, estou
2443respondendo o que você me perguntou. Você está olhando para o celular, depois vem
2444aqui, senta e pergunta, de novo, a mesma coisa. O Sinir está com problema, nós
2445estamos tentando manter o convênio com a UnB para a construção do sistema.
2446Enquanto eu não resolvo essa pendência, eu tenho pareceres da área financeira e
2447jurídica do Ministério, que me pedem complementação de informações, que eu estou
2448em busca disso com a UnB. Enquanto isso não é resolvido, eu não tenho o sistema
2449plenamente disponibilizado. Ele parou, já tem 8 meses que a construção desse sistema
2450está parada por conta de prestação de contas, aspectos legais, coisas que nós
2451enfrentamos no setor público. Então, é por isso que ele não está disponível, ainda. Eu
2452tenho informações muito básicas lá. Não tem alternativa. Do ponto de vista legal, eu
2453não posso ter dois convênios tratando do mesmo objeto. Eu tenho que encerrar um e
2454abrir outro. Olha lá, o João Paulo e o Adriano fazem assim... E é isso mesmo. Essa
2455informação, nós estamos levantando sobre os Planos. Eu não tenho, do ponto de vista
2456legal, obrigação de analisar os Planos, a menos que os municípios requeiram. Mas,
2457isso, o Ney vai trazer, aqui, na última reunião do ano, isso, ainda, está quase concluído.
2458O mapeamento dos municípios que têm Plano, dos Estados que têm Plano, dos aterros
2459e dos resíduos sólidos que País tem em relação a isso com a população. É uma
2460construção que está sendo feito, esse número ninguém tem. Eu não tenho, pois é, mas
2461aí tem um problema. A lei não me trouxe a obrigação de fiscalização a implementação
2462do Plano, e isso tem que ser avaliado do ponto de vista legal. Como a lei vinculada à lei
2463ambiental, vai caber ao Estado fiscalizar os municípios naquele que diz respeito à
2464gestão dos resíduos, a disposição inadequada ou não. O Plano, não existe uma
2465estrutura de fiscalização do Plano Estadual, Federal. Eu só analiso aquele Plano, se o
2466município... E isso é a Constituição que trouxe autonomia dos municípios. Eu não tenho
2467esse poder de ficar cobrando o município em relação a isso. Mas você falou fiscalizar,
2468eu não tenho como fazer isso. Tadeu. E, o Tadeu me pergunta, se outros produtos
2469podem ser indicados. A lei e o Decreto preveem a criação de outras cadeias, desde
2470que haja manifestação daqueles que têm responsabilidade compartilhada e que seja
2471apresentada uma viabilidade econômica e financeira para o seu atendimento. Nós
2472recebemos, ao longo desses últimos anos, desses 4 anos, pelo menos umas, que eu
2473me lembre aqui, umas duas propostas de criação de novas cadeias. Uma era do cobre.
2474O nosso entendimento de o que cobre é uma substância passível de reciclagem, mas

2475 não se encaixa na responsabilidade compartilhada, não é um produto propriamente
2476 dito. É uma matéria-prima que faz parte de diversos produtos e que não caberia. E a
2477 outra foi de recicladores de óleos comestíveis, querendo criar uma logística reversa de
2478 óleo comestível. Nós achamos que o óleo comestível é importante na gestão municipal
2479 de resíduos, mas é algo para ser definido localmente, não nacionalmente. E, por último,
2480 o Miguel, eu acho que nós tivemos o cuidado, na época, nós chegamos a, eu não
2481 retorno exatamente, como foi feito isso, mas isso foi pontuado por nós. A importância
2482 dos representantes da sociedade civil participarem, mas nós não tínhamos, naquela
2483 ocasião, um mecanismo de financiamento, como a Zuleica aponta, talvez por isso...
2484 Mas nós tivemos a participação de catadores, de representantes de municípios, mas
2485 não tivemos representantes da sociedade civil, como nós temos aqui nesse conselho.
2486 Eu posso, mediante essa provocação que as ONGs fizeram na reunião de hoje, fazer
2487 uma inserção na pauta da próxima reunião do core para ver qual seria o mecanismo
2488 mais fácil de resolvermos isso imediatamente. Mas gostaria de enfatizar, de novo, que
2489 vocês, ainda, têm possibilidade de participar. A Consulta Pública é um espaço legítimo
2490 e é avaliado isso. Eu não faço avaliação na Consulta Pública, se a pessoa responde
2491 por algum setor da responsabilidade compartilhada ou não. Eu atendo a todos os que
2492 colocam propostas a Consulta Pública. Então, ainda, existe essa possibilidade. Quanto
2493 aos próximos GTs terem participação da sociedade civil, eu... Permita-me que, na
2494 próxima reunião do core, nós vamos fazer um comentário, um relato dessa reunião de
2495 hoje e vamos solicitar que os Ministros indiquem uma possibilidade para que isso seja,
2496 formalmente, agregado e não precise ficar dependendo. Ano que vem muda o
2497 Governo, talvez eu não esteja à frente, mais, dessa área, mude de área, não sei, mas
2498 que isso seja um compromisso permanente da construção dessas cadeias com a
2499 participação da sociedade civil. Fazendo só um comentário, o que me desagradou
2500 muito, na época, é que nós tivemos o cuidado de mandar um convite para os Órgãos
2501 de Defesa do Consumidor. E eles responderam que não se sentiam inseridos naquela
2502 cadeia e que participariam disso depois, o que foi uma lastima, porque nós achávamos
2503 que eles poderiam ser um elo na cadeia consumidor. Hoje a avaliação que eles fazem
2504 é diferente, que eles deviam... Assim como os municípios, à época, mandaram
2505 representantes de Órgão Municipais de Meio Ambiente, que foram pessoas que, te
2506 digo, porque eu coordenei o grupo de lâmpadas, pouco contribuíram ao texto. E depois,
2507 vieram nos propor pleitos, inserção, participar. “Poxa, mas vocês foram convidados lá
2508 atrás, e não tiveram uma participação efetiva”. “É, pois é, mas agora nós vemos que
2509 era importante ter participado”. Então, por ser um processo novo, às vezes, os
2510 primeiros pecam. Mas eu acho que existe, ainda, a oportunidade dos senhores
2511 apresentarem propostas... Vamos lá, que está todo mundo que está todo mundo com
2512 fome, não é?

2513

2514

2515 **SR. JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS (Diretor do DConama)** – Obrigado, Zilda.
2516 Então, a reunião, tendo em vista a proposta, de a Resolução ter um pedido de vista de
2517 múltiplos conselheiros e a aprovação da moção em relação à Convenção Minamata, e
2518 os informes todos feitos, está encerrada a reunião. Eu aguardo vocês, agora, em
2519 novembro, quando nós vamos ter uma reunião um pouco maior, inclusive, com o
2520 ENEA, com reuniões específicas, que o Gaetani está querendo, também, com

2521sociedade civil, e o nosso balanço do Conama, em relação à gestão toda. Muito
2522obrigado pela presença de todos. Bom almoço. Boa volta a cada um, a cada uma.